

Economia em Debate

nº 273

(21/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Câmara aprova novo pacote de benefícios às transportadoras

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

Em meio às discussões sobre o pacote de ajuda aos caminhoneiros, a Câmara aprovou projeto de lei que dá diversos benefícios às transportadoras. O texto, que ainda precisa passar pelo Senado, inclui medidas para que o setor pague menos tributos e prevê isenção de IPI e PIS/Cofins na renovação da frota de caminhões. A aprovação ocorre num momento de pressão de setores como o químico e de refrigerantes, que tiveram incentivos reduzidos para que o governo conseguisse pagar a conta dos benefícios dados aos caminhoneiros. O relator do projeto, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), dono de transportadora, minimizou os possíveis efeitos fiscais das medidas. “Não tem cálculo ainda”, disse. O governo tentará derrubar no Senado pelo menos as iniciativas que tenham impacto fiscal.

Em meio às polêmicas sobre a bolsa caminhoneiro, a Câmara dos Deputados aprovou ontem uma série de medidas que beneficiam principalmente as transportadoras. O projeto permite que o setor de transporte pague menos impostos e prevê até alíquota zero em tributos como IPI e PIS/Cofins para a renovação da frota de caminhões. O texto ainda precisa passar pelo Senado.

A aprovação do projeto na Câmara teve apoio inclusive de integrantes da base aliada e ocorre num momento em que a equipe econômica ainda precisa lidar com a pressão de grupos econômicos que acabaram pagando parte da conta do bolsa caminhoneiro, que soma R\$ 13,5 bilhões. O setor de refrigerantes e o de indústria química, por exemplo, tiveram incentivos reduzidos pelo governo e brigam para restabelecer os benefícios.

A Receita Federal ainda está calculando os impactos potenciais do projeto. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governo vai trabalhar para derrubar no Senado as iniciativas que tenham impacto fiscal. “O governo não tem sobra de recursos no Orçamento para conceder mais recursos aos caminhoneiros”, diz o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria. “Isso implica que outros setores ou a sociedade como um todo banquem esses incentivos.”

O relator do projeto, Nelson Marquezelli (PTB-SP), minimizou os possíveis efeitos fiscais das medidas. O deputado é dono de uma transportadora que distribui produtos da Ambev. Marquezelli nega conflito de interesses e diz que a empresa hoje pertence aos filhos, embora ainda se refira a ela como se fosse proprietário. “Eu tenho uma revenda... eu tive uma revenda que é uma das três maiores da Ambev”, disse.

O texto aprovado ontem na Câmara prevê a criação de um plano nacional de renovação de frota de caminhões, com financiamentos em condições diferenciadas, como juros menores e prazos mais longos. As empresas que aderirem ainda serão agraciadas com alíquota zero de PIS/Cofins e IPI para

caminhões novos. O setor estima uma taxa de renovação de 10% a 12% ao ano com esse projeto.

O texto ainda retira o valor dos pedágios da base de cálculo do PIS/Cofins. Outro artigo isenta de tributo o valor pago pelas transportadoras aos caminhoneiros em vale-pedágio. Pelo texto, há ainda a possibilidade de as empresas usarem o valor pago em pedágios para abater Imposto de Renda.

O projeto converte multas emitidas pela ANTT a caminhoneiros que fugiram da fiscalização até a data da publicação da lei em advertências. Na avaliação de consultores, esse artigo pode gerar cobrança dos caminhoneiros à União para que sejam restituídos valores de multas já pagos.

O projeto amplia a pontuação máxima na carteira de motorista dos caminhoneiros de 20 para 40 pontos – exceto quando houver infrações graves ou gravíssimas. As condições do contrato de transporte de carga também poderão ser ajustadas “mediante acordos individuais ou coletivos”, o que fragilizaria qualquer tentativa de fixar uma tabela de frete.

Ritmo da queda de juros afasta tomadores

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

Os juros cobrados por bancos, financeiras e pelo comércio caíram um pouquinho entre abril e maio e deverão continuar caindo nos próximos meses, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

É o que se pode esperar de melhor, pois a economia voltou a patinar com a crise dos transportes e os preços de itens como gasolina e alimentos subiram fortemente, o que põe em risco a tendência de recuo dos juros, por mais necessária que seja. O motivo é que menos crescimento significa menos renda e maior risco de inadimplência. E esta é uma das principais explicações para os juros altos.

Os números da Anefac mostram que os juros médios cobrados das pessoas físicas caíram de 7,20% em abril (130,32% ao ano) para 7,08% em maio (127,25% ao ano). Das linhas analisadas, os menores custos são do CDC dos bancos para operações com automóveis, com custo de 25,19% ao ano, do empréstimo pessoal nos bancos, de 60,47% ao ano, e dos juros do comércio, de 85,84% ao ano.

Juros ainda mais elevados são encontrados nos empréstimos pessoais das financeiras (131,36% ao ano) e no cheque especial e no cartão de crédito, com custo superior a 290% ao ano.

As taxas médias cobradas das pessoas jurídicas foram de 25,93% ao ano para capital de giro, 31,37% ao ano para desconto de duplicatas e 140,58% para conta garantida – espécie de cheque especial das empresas. Os juros pesquisados são os praticados no crédito livre, mais caro do que o direcionado.

A Anefac enfatiza que os juros caem há três meses. Falta acrescentar que a queda é pequena para estimular a busca de crédito.

Empresas que tomam recursos a juro alto têm menos flexibilidade para fixar preços e tentam transferir o ônus para os clientes. Somando-se aos juros os demais custos (tributários, administrativos, burocráticos, de logística), entende-se por que os preços no País são altos em comparação com os de outros países.

Relatório recente do Banco Central (BC) identifica a inadimplência como o maior responsável pelo elevado spread bancário (diferença entre o custo de aplicação e o custo de captação).

A inadimplência se torna mais provável quanto mais alto é o custo do crédito. E este cai devagarinho, em ritmo menor que o da Selic.

Geração de emprego em maio foi a pior do ano

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

As contratações com carteira assinada superaram as demissões em maio em 33,6 mil vagas. Apesar de positivo, tratase do menor saldo registrado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) neste ano, abaixo também do alcançado em maio de 2017, quando foram criados 34,2 mil postos formais de trabalho. No ano, o saldo é positivo em 381 mil vagas.

Afetado pela paralisação dos caminhoneiros nos últimos dias do mês passado, o número de maio veio abaixo do que esperavam analistas de mercado, que apostavam em saldo superior a 40 mil vagas. Ainda assim, foi suficiente para o governo comemorar. Mais de uma hora antes da divulgação oficial dos dados pelo Ministério do Trabalho, o presidente Michel Temer antecipou o resultado do Caged em sua conta do Twitter.

“Mesmo com problemas pontuais, como a greve dos caminhoneiros, que afetou a economia como um todo, novos postos de trabalho continuaram a ser gerados”, disse o ministro do Trabalho, Helton Yomura, em nota.

Quando o País cria vagas de trabalho significa que as contratações superaram as demissões. O mês passado foi o quinto seguido com abertura de vagas formais. O último resultado negativo foi em dezembro passado. No entanto, o número de postos com carteira de trabalho em maio é menor que o de meses anteriores. O resultado foi puxado pelo setor agropecuário, que abriu 29,3 mil postos, número que reflete as contratações para próxima safra.

“Estamos diante de um cenário político e econômico de incertezas. Temos problemas no câmbio, empresas têm dificuldade de acesso ao capital de giro e a taxa de crescimento do PIB será menor, o que reflete no emprego. É preocupante. Nossa perspectiva para o fechamento do ano é de emprego

negativo”, disse o presidente em exercício da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, em nota.

O economista Tiago Barreira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) contabiliza algum efeito negativo da greve dos caminhoneiros nos últimos dias do mês sobre a contratação de funcionários temporários.

Já Cosmo Donato, da LCA Consultores, acredita que o impacto negativo da paralisação de maio sobre o mercado de trabalho será mais diluído nos meses seguintes em função da queda da confiança dos empresários. Mesmo se houver um efeito direto, ele avalia que deve ser captado em junho, já que greve foi bem no final do mês.

“O grande impacto é a questão da incerteza. A greve prejudica mais a perspectiva para o fim do ano e início de 2019. Se começarmos a notar surpresas negativas nas divulgações, provavelmente será por conta disso”, avalia. Donato ressalta ainda que o quadro para o mercado de trabalho é “alarmante”, porque a geração de vagas no ano não representa nem 20% dos 3 milhões de postos perdidos entre 2015 e 2017.

Selic fica em 6,5% apesar do câmbio

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

Apesar da disparada do dólar nas últimas semanas, o Banco Central decidiu manter a Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano, no menor patamar da história. Na decisão anunciada na noite de ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC não deu sinais de que vai manter a Selic neste nível nos próximos meses, ao contrário do que fez na reunião anterior, de maio.

A decisão de ontem do Copom – formado pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, e pelos oito diretores da instituição – já era esperada pelos economistas do mercado financeiro. De um total de 49 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, todas esperavam a manutenção da Selic em 6,50% ao ano.

A cada 45 dias, o Copom calibra o patamar da Selic buscando o cumprimento da meta de inflação, fixada todos os anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como a Selic é a taxa básica de juros da economia, ela serve como referência para todas as demais taxas cobradas das famílias e empresas.

Com a manutenção da Selic no atual patamar, o Brasil passa a figurar na sétima posição do ranking de 40 países por taxas reais de juros (descontada a inflação). A lista, elaborada pelo portal MoneYou e pela Infinity Asset Management, indica que o juro real no Brasil está em 2,91%. A taxa é inferior a de países como Argentina (23,89%), Turquia (9,40%) e Rússia (4,73%), mas superior a de África do Sul (1,67%), Colômbia (1,16%) e Malásia (1,10%).

Mesmo os economistas que esperavam pela manutenção da Selic admitiam que o cenário para a taxa básica havia se tornado incerto, em função do

ambiente internacional, da disparada do dólar ante o real nos últimos meses, da greve dos caminhoneiros iniciada no fim de maio e do cenário eleitoral ainda nebuloso no Brasil. Do encontro de maio do Copom para o de ontem, o dólar à vista subiu 2,68%, aos R\$ 3,77. No ano, a moeda americana acumula ganho de 13,83% ante o real.

No comunicado de ontem, o Copom reafirmou que apenas os “efeitos secundários” da alta do dólar sobre a inflação serão combatidos. Na prática, os dirigentes do BC não consideraram em sua decisão o avanço em si da moeda americana, mas o quanto ele pode influenciar na remarcação de preços. Como a recuperação econômica é lenta, a alta de preços ao consumidor em função do dólar também tende a ser menor, na avaliação do BC.

Além disso, a instituição afirmou que a greve dos caminhoneiros dificulta a leitura sobre a evolução recente da atividade econômica. O BC espera que os indicadores de atividade de maio e junho reflitam os efeitos da greve. Ao mesmo tempo, o impacto sobre a inflação das altas de preços ocorridas durante a greve deve ser temporário.

Com esses argumentos, o Copom manteve a Selic em 6,50% ao ano ontem, mas não garantiu que será assim na decisão que tomará no início de agosto. Chamou a atenção o fato de o colegiado ter retirado do comunicado de ontem uma frase presente no documento da decisão anterior, de maio: a de que, “para as próximas reuniões, o comitê vê como adequada a manutenção da taxa de juros no patamar corrente”. O colegiado procurou ressaltar ontem que as próximas decisões sobre juros dependerão da evolução da atividade, dos riscos para a inflação e das projeções dos para os índices de preços.

No próprio comunicado de ontem, o BC projetou índices de inflação mais elevados em 2018. No cenário de mercado, a projeção para a inflação este ano passou de 3,6% para 4,2%.

Em ambos os casos, a inflação ficaria dentro da meta perseguida pelo BC, de 4,5%, com margem de 1,5 ponto percentual (taxa de 3,0% a 6,0%). No entanto, as projeções indicam que o período de inflação baixíssima no Brasil vai ficando para trás. Em 2017, a inflação havia ficado abaixo de 3%.

‘Atual nível da taxa de juros não é sustentável no médio prazo’

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

Apesar de a inflação estar sob controle, o Comitê de Política Monetária (Copom) poderá ter de antecipar um ciclo de aperto monetário já nas suas próximas reuniões devido às pressões cambiais, segundo o ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni. Uma decisão de alta dos juros, porém, deverá ter efeitos negativos na economia, admite. “É uma escolha de Sofia”, diz. De acordo com o economista, os efeitos da Selic a 6,5% estão se esgotando e já não restam mais ferramentas para impulsionar a atividade econômica.

Como avalia a decisão do BC?

Se o BC está definindo a Selic exclusivamente pela inflação, está corretíssimo. Mas a taxa de 6,5% não é sustentável no médio prazo. Apesar de a inflação estar comportada, o cenário externo se deteriorou. Dois fatores pressionam o câmbio: a decisão do Federal Reserve (o Banco Central dos Estados Unidos) de aumentar o ritmo de aceleração da taxa de juros e a guerra comercial. O efeito imediato da guerra é a redução do preço das commodities. Isso significa que a moeda dos países intensivos em commodities tende a se depreciar (pressionando a inflação). Com esse cenário, é possível que o BC tenha de fazer sua escolha: continuar intervindo com doses mais expressivas de swaps cambiais ou antecipando o início da alta de juros – aí teria de ser já nas próximas reuniões do Copom. Se a pressão sobre o câmbio se intensificar, essa possibilidade de antecipação do ciclo de alta dos juros, não poderá ser descartada.

Uma alta na Selic não teria impacto negativo na já debilitada economia?

É uma decisão delicada de se fazer. Uma escolha de Sofia. Uma alta nos juros em uma economia fragilizada é sempre negativa: afeta a demanda. O ideal seria estender o juro de 6,5% até o fim do ano e torcer para a eleição de um presidente reformista, que já aprove, no início de 2019, a reforma da Previdência e reforce o ajuste fiscal. Isso daria espaço para o BC conviver com o cenário externo mais difícil sem precisar usar um aperto monetário contundente.

O afrouxamento monetário encerrado em maio ainda pode alavancar a economia?

O efeito está se esgotando. O que tinha de acontecer já aconteceu, apesar de os bancos estarem flexibilizando a oferta de crédito, principalmente para pessoa física. Pessoa jurídica é mais lento, porque depende da recuperação da rentabilidade das empresas.

Com esse esgotamento da política monetária, o que sobra para impulsionar a economia?

Esse é o drama. Não há mais atalho ou solução emergencial. O único instrumento era política monetária. Acho que (a taxa Selic) chegou até a um nível arriscado, porque a diferença entre juros interno e externo ficou muito pequena. A situação fiscal se deteriorou com essa guinada neopopulista após a greve dos caminhoneiros e a política monetária chegou ao limite. Agora é tentar gerenciar o curto prazo para evitar uma desvalorização excessiva do câmbio e tentar acalmar um pouco o mercado.

SP regula troca de dívida ativa por quitação de precatório

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

A Câmara Municipal aprovou ontem projeto de lei do Executivo que regulariza a compensação de débitos com o Município (dívida ativa) por meio da quitação de precatórios. Assim, cidadãos e empresas inscritos na dívida ativa (que devem à cidade) poderão usar os precatórios – dívidas que a Prefeitura foi obrigada a pagar por ordem judicial – para abater esses débitos.

O texto, que será sancionado pelo prefeito Bruno Covas (PSDB), regulamenta no município lei federal existente sobre o tema. Atualmente, os precatórios já são negociados no mercado, com valores inferiores ao de face. Agora, essa negociação poderá ser feita com homologação da Prefeitura. O valor do precatório poderá ser quitado com até 92% do valor inscrito na dívida ativa. Os 8% restantes deverão ser recolhidos à Prefeitura.

Por exemplo: uma empresa que tem R\$ 1 mil a receber da Prefeitura e está na fila dos precatórios há alguns anos poderá negociar o recebimento com uma pessoa que deve R\$ 1 mil à administração municipal. O devedor poderá negociar qualquer valor com o credor, por exemplo R\$ 500, e comprar o precatório. Depois, as partes procuram a Prefeitura e informam a compensação. O poder público deixa de receber a dívida, mas também deixa de possuir o débito.

Caso uma dívida a ser quitada seja superior ao valor do precatório indicado para a compensação, o saldo deverá ser pago à Prefeitura em até cinco vezes.

O estoque da dívida ativa na capital paulista é estimado em cerca de R\$ 106 bilhões, mas a Secretaria Municipal da Fazenda calcula que ao menos 40% desse montante seja “dívida podre”, valores que nunca serão pagos – por empresas falidas ou credores mortos. Por outro lado, o estoque dos precatórios é de R\$ 18 bilhões, e a Prefeitura tem obrigação legal de quitar todo esse estoque até 2024. No ano passado, foram pagos R\$ 650 milhões. A previsão neste ano é de R\$ 750 milhões.

A estimativa da Prefeitura é de que essa ferramenta possa resultar em uma compensação de até R\$ 800 milhões.

Copom mantém Selic e mostra postura mais cautelosa em meio a incertezas

Valor Econômico - 21/06/2018

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve ontem a taxa básica de juros, a Selic, em 6,5%. A decisão foi unânime e veio em linha com o consenso de mercado. O colegiado, no entanto, deixou de fazer referências sobre seus próximos passos, dizendo apenas que a evolução

do cenário básico e do balanço de riscos prescreve manutenção da taxa Selic no nível vigente. Em maio, o Copom dizia que "para as próximas reuniões", via como adequada a manutenção da taxa de juros no patamar corrente.

Essa mudança na comunicação mostra uma postura mais cautelosa do BC diante de um cenário externo mais desafiador e incertezas de curto prazo trazidas pela greve dos caminhoneiros sobre o comportamento da inflação e da atividade. Essa atitude mais "neutra" do colegiado do BC também reforça a importância da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para a tomada das decisões em cada uma das reuniões. O próximo encontro acontece entre 31 de julho e 1º de agosto.

No balanço dos fatores que podem deixar a inflação acima ou abaixo das metas, o Copom avalia que, desde a reunião de maio, reduziram as chances de a inflação ficar significativamente abaixo da meta no horizonte relevante e que o risco ligado ao cenário externo se intensificou. Esse rearranjo no balanço de riscos já vinha ocorrendo desde a reunião de maio e foi inclusive a justificativa para a manutenção dos juros naquele encontro, quando o Copom comunicou que a alta do dólar reduziu a chance de uma convergência mais lenta da inflação para a meta de 4,5% neste ano e de 4,25% em 2019.

No comunicado, o Copom voltou a enfatizar que não há relação mecânica entre choques recentes de preços e a política monetária. Tal postura vem sendo externada desde o fim de maio e foi reafirmada pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, e diretores depois que parte do mercado chegou a trabalhar com a possibilidade de alta da Selic como forma de conter a forte valorização do dólar.

Segundo o Copom, choques de preços que produzam ajustes de preços relativos devem ser combatidos apenas no impacto secundário, ou seja, quando se espraiam para outros preços da economia. "É por meio desses efeitos secundários que esses choques podem afetar as projeções e expectativas de inflação e alterar o balanço de riscos", explicou o BC, ponderando que esses efeitos podem ser mitigados pelo grau de ociosidade na economia e pelas expectativas de inflação ancoradas nas metas.

O colegiado reiterou a visão de que a atual conjuntura prescreve política monetária estimulativa. Isso quer dizer que, por ora, o BC não vê a necessidade de subir a taxa de juros, que está abaixo do patamar considerado neutro.

O Copom também fez comentário sobre o impacto da greve dos caminhoneiros na inflação e na atividade. No questionário que envia aos participantes do mercado antes das reuniões do Copom, o BC tinha feito perguntas sobre o tema.

No lado dos preços, o Copom acredita que os efeitos altistas serão significativos, mas temporários. E também cita outros ajustes de preços relativos sem especificar. Por outro lado, o BC afirma que as medidas de

inflação subjacente ainda seguem em níveis baixos, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Quando o BC se refere a "níveis baixos" quer dizer que os núcleos de inflação (medições que excluem itens mais voláteis) estão rodando abaixo do piso da meta de 3%. Assim, o colegiado indica que pode esperar para ver se esses impactos terão algum reflexo mais duradouro na inflação corrente e nas expectativas.

As projeções apresentadas considerando Selic constante em 6,5% e câmbio a R\$ 3,70 são de IPCA em torno de 4,2% em 2018 e 4,1% em 2019. Em maio, com Selic de 6,5% e dólar a R\$ 3,60, a inflação estava em torno de 4% para os dois anos. Considerando a expectativa de mercado, de Selic em 8% em 2019 e dólar a R\$ 3,60, a inflação ficaria em 3,7%. Projeções mais detalhadas serão apresentadas na próxima semana, quando será divulgado o Relatório de Inflação (RI). Também na semana que vem o Conselho Monetário Nacional (CMN) define a meta de inflação para 2021. A meta de 2020 é de 4%.

No lado da atividade, o colegiado diz que a paralisação no setor de transporte dificulta a leitura da evolução recente da atividade. Os dados referentes a abril, segundo o BC, sugerem atividade mais consistente. Mas os indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os efeitos da greve. O Copom trabalhava com recuperação gradual da economia.

Para o BC, o cenário externo seguiu mais desafiador e apresentou volatilidade. Os riscos associados à normalização dos juros em economias avançadas, caso dos EUA e em menor grau da zona do euro, produziu ajustes nos mercados internacionais. "Como resultado, houve redução do apetite ao risco em relação a economias emergentes."

Além disso, foi enfatizado que a continuidade do processo de reformas e ajustes é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia.

Dívida de estatais da União diminui no 1º tri **Valor Econômico - 21/06/2018**

Pela primeira vez desde 2014, o nível de endividamento das empresas estatais federais caiu abaixo de R\$ 400 bilhões, segundo dados do boletim trimestral s produzido pelo Ministério do Planejamento e ao qual o Valor teve acesso antecipado.

Os dados mostram que no fechamento do primeiro trimestre deste ano a dívida das empresas do setor público federal foi de R\$ 390 bilhões, ante R\$ 412 bilhões em 2017.

Apesar do recuo no primeiro trimestre ter sido considerado positivo pelo secretário de Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, ele afirmou que o repique do dólar no último mês e meio vai trazer o nível de

endividamento de volta para a marca dos R\$ 400 bilhões - mais precisamente R\$ 427 bilhões, com base na posição de 15 de junho.

"De qualquer forma, a tendência de redução do endividamento das estatais é bastante clara. É preciso voltar a um nível de normalidade nesse indicador. O anterior, a sociedade não tinha como pagar", disse Soares ao Valor, sem, no entanto, estabelecer qual seria um nível considerado normal.

O pico do endividamento do conjunto das companhias que o governo controla foi em 2015, quando chegou a R\$ 544 bilhões. Naquele momento, o câmbio teve forte desvalorização e fez a dívida acelerar bastante a trajetória de alta que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, puxada principalmente pela Petrobras e Eletrobras. Essas empresas executavam um forte programa de investimentos, que começou a ser revertido no governo Temer. "Estamos voltando para a realidade", disse.

Outro movimento realizado pelo atual governo foi o de redução no número de empresas federais. No primeiro trimestre, o total de empresas estatais federais foi de 144, ante 156 quando Temer assumiu a Presidência.

Soares chama atenção para o fato de que o orçamento das empresas estatais, previsto em R\$ 1,4 trilhão para este ano, mesmo em queda em relação aos anos anteriores, ainda está próximo do R\$ 1,7 trilhão do Orçamento Geral da União. Para Soares, é necessário alertar para o nível de despesas do conjunto dessas companhias e para avaliações sobre o retorno que esses gastos geram para o país.

"É muito dinheiro alocado nas estatais e a sociedade precisa analisar se está tendo resultados para ela, seja na forma de lucro, dividendos, políticas públicas que algumas delas têm que prover. É um alerta para a necessidade de a gente olhar cada vez mais esses ativos", disse Soares, que considera que o número do orçamento das empresas públicas parece muito alto.

"Sendo muito alto, ele tem que dar uma retribuição muito adequada para a sociedade. O retorno tem que ser maior tendo em vista a quantidade de recursos alocados nas estatais, por isso temos que exigir mais delas: mais redução de custos, mais aumento de produtividade, mais realizações para a sociedade", disse o secretário.

Apesar disso, Soares chamou atenção para a trajetória de crescimento da rentabilidade das empresas do governo. Considerando o universo dos cinco maiores grupos estatais (Petrobras, Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa), no primeiro trimestre o lucro foi de R\$ 15,184 bilhões, com alta de 44,8% sobre os 10,488 bilhões verificados em igual período de 2017. Essas empresas representam mais de 90% dos ativos e do patrimônio líquido de todas as estatais.

Apesar de o lucro do grupo Petrobras ter sido o maior dessa amostragem, o maior crescimento nesse indicador ocorreu no grupo BNDES, cuja taxa de

variação positiva foi de 453,9%, chegando a um lucro de R\$ 2,064 bilhões no período janeiro-março deste ano.

O pior desempenho foi do grupo Eletrobras, cuja taxa de lucro decresceu 95,9%, para apenas R\$ 56 milhões nos três primeiros meses do ano. O grupo Banco do Brasil teve alta de 12,5% no lucro, com ganho de R\$ 2,749 bilhões, abaixo do verificado pelo grupo Caixa, que lucrou R\$ 3,191 bilhões, com expansão de 114,5%.

O boletim das estatais também mostra que neste início de ano teve continuidade o processo de redução do quadro de pessoal dessas companhias. O total de empregados ficou em 500.967 pessoas, queda de 0,7% ante a posição do fim do ano passado. Soares destacou que, em relação à posição do fechamento de 2015, quando haviam 550.208 empregados, a queda no quadro de funcionários dessas companhias até agora é de 8,9%.

A maior diminuição ocorreu no segmento das instituições financeiras públicas, com corte de 25.240 pessoas. O grupo Petrobras aparece na sequência, com enxugamento de 15.516 pessoas. O secretário acredita que neste segundo trimestre a trajetória de queda no total de empregados das estatais terá continuidade e o estoque ficará abaixo de 500 mil pessoas, o que não ocorria desde 2010.

Novas regras para setor de carga abrem espaço para rombo fiscal

Valor Econômico - 21/06/2018

Uma das demandas dos caminhoneiros que protestaram contra a alta dos combustíveis, o marco regulatório do transporte de cargas, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados, tem potencial para gerar novo rombo nas contas públicas. A proposta contém pelo menos oito renúncias fiscais, abatimento de impostos e anistia de multas.

Com toda a base do governo a favor do projeto, e a ameaça de um novo protesto dos caminhoneiros, o Executivo orientou a favor do parecer do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). A saída, agora, será trabalhar para alterar o projeto no Senado, aproveitando que o Legislativo deve sair de recesso nos próximos dias, ou usar o poder de veto do presidente da República.

Apesar de o excesso de caminhões ser apontado como um dos motivos para os problemas do setor de transporte, a proposta cria programa para renovação da frota que dará isenção de IPI, PIS e Cofins para compra de veículo de carga, implementos rodoviários, reboque e semirreboque de carga, além de redução de 50% no ganho de capital da empresa com a troca por um veículo de maior valor.

O texto também permite usar os gastos com pedágio para abater o Imposto de Renda e gerar créditos de PIS e Cofins. O pedágio, se a proposta for aprovada, não integrará o valor do frete para o cálculo da receita da empresa para fins de tributação, contribuições previdenciárias ou substituição tributária. O Valor questionou a Receita Federal sobre o impacto dessas medidas, mas não teve retorno.

O relator, que é dono de uma frota de 120 caminhões, defendia incluir no projeto anistia as multas dos caminhões que ficaram parados em vias públicas durante o protesto, mas recuou após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizer que tiraria o projeto de pauta. Deputados pressionaram Maia, dizendo que foram multadas até empresas que queriam trabalhar, mas pararam após ameaças.

As multas aplicadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) somam R\$ 845 milhões. Esse grupo de parlamentares pretende reapresentar a anistia como emenda em uma medida provisória.

Outra anistia, contudo, passou no projeto, e sem relação com o protesto. Pela proposta, serão transformadas em advertências todas as multas por evasão de fiscalização rodoviária. Não há um marco temporal para essa remissão e não está claro o que ocorrerão com as multas já pagas. O PL também afrouxava a fiscalização em fronteiras, liberando cargas caso os postos aduaneiros estivessem fechados, mas esse artigo foi retirado após a Polícia Federal ligar o sinal de alerta com temor de aumento do tráfico de drogas.

A principal disputa no plenário da Câmara é um artigo que determina que a prestação de serviços de transporte é uma relação "sempre empresarial", será julgada apenas pela Justiça Cível (não poderá ser levado, portanto, para a Justiça do Trabalho) e não configurará vínculo de emprego.

O PCdoB fez um acordo com o relator para excluir esse artigo, em troca de não tentar impedir a votação do projeto com requerimentos, mas PSDB, MDB e DEM, apoiando a demanda de empresas de transporte e do agronegócio, exigiram a votação em separado e aprovaram o dispositivo.

O projeto, com quase cem artigos, modifica as relações comerciais entre as empresas e os caminhoneiros (como estabelecer um prazo máximo para a carga ser descarregada no destino, evitando que o caminhão seja usado como "armazém" informal).

Com o aumento dos roubos de carga, a proposta também torna obrigatória a contratação de seguro para cobrir acidentes, perda de mercadoria e roubos, dá ao transportador o direito de receber fretes e taxas em caso de assaltos e aumenta penas para empresas e motoristas envolvidos em furto e receptação de cargas.

Outra mudança é a perda do CNPJ do posto de gasolina que adulterar os combustíveis ou fraudar as bombas. A pedido dos caminhoneiros profissionais,

o limite para perder a carteira nacional de habilitação (CNH) aumentará de 20 para até 40 pontos se não houver infrações graves.

País cria 33 mil vagas em maio, mas saldo é o menor do ano

Valor Econômico - 21/06/2018

Em meio às paralisações causadas pelo greve dos caminhoneiros, o país registrou em maio a criação de 33.659 vagas com carteira assinada. Embora represente o quinto mês seguido de saldo positivo, a geração de postos de trabalho é a mais baixa alcançada em 2018 até agora.

Os dados de maio foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e mostram que, nos quatro primeiros meses do ano, os saldos haviam sido mais elevados. Foram criadas 77.822 vagas em janeiro, 61.188 em fevereiro, 56.151 em março e 115.898 em abril. Esses dados não têm ajuste (ou seja, desconsideram informações entregues por empresas fora do prazo) para que sejam comparáveis com maio.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, defende que o mês passado foi "atípico" por causa da greve e que, sem as paralisações, haveria uma geração de empregos mais elevada. "É de se entender que [sem a greve] certamente teríamos um resultado dentro da média que estávamos registrando nos meses anteriores", disse ao Valor.

Mesmo assim, o ministro diz ver os números como quem enxerga um "copo meio cheio" - já que foi mantida uma série de criação de postos iniciada em janeiro. "Mesmo com a greve, conseguimos um saldo de 33 mil vagas. Isso mostra que a força na retomada de empregos e na economia não é sazonal", disse.

O ministro acredita que abril - que teve expressiva geração de vagas - foi especialmente influenciado pela atividade das empresas por causa da retomada dos projetos após efeitos de começo de ano como o Carnaval. "Há uma retomada natural dos projetos, com as empresas fazendo seus planos. Em março e abril o pessoal começa a fazer investimentos acreditando na economia", afirmou. Já maio foi influenciado positivamente pelo dia das mães.

Yomura ressalta ainda o fato de o começo do ano ter rompido com os resultados negativos do ano anterior. E chamou atenção para o fato de janeiro e fevereiro terem registrado os melhores dados em cinco e quatro anos, respectivamente - ou seja, patamares superiores ao período que antecedeu a crise dos últimos anos. "Estamos falando de algo superior até mesmo em relação a quando a economia estava boa no nosso país", disse.

Na divisão por setores, o maior responsável pelo resultado foi a agropecuária (mais 29.302 postos), seguida por serviços (criação de 18.577 postos),

construção civil (novos 3.181 postos), serviços industriais de utilidade pública (abertura de 555 postos), extrativa mineral (criação de 230 postos) e administração pública (mais 197 postos). Por outro lado, houve queda no nível de emprego nos setores do comércio (menos 11.919 postos) e indústria de transformação (queda de 6.464 postos).

O ministro evitou comentar os dados de junho, dizendo que eles serão fechados apenas no próximo mês. Mas disse que a expectativa é por nova geração de empregos, especialmente por causa do impulso dado pelo dia dos namorados e pelas festas juninas no Nordeste - que, diz, gera impacto positivo na hotelaria.

No ano, os resultados também mostram abertura de vagas. Considerando dados com ajustes (exceto maio), houve criação de 381.166 empregos. O valor é quase oito vezes o registrado no mesmo período de um ano antes (quando foram criadas 48.543 vagas).

Para AGU, nova lei é solução para auxílio-moradia

Valor Econômico - 21/06/2018

A Advocacia-Geral da União (AGU) acredita que a solução para o auxílio-moradia de juízes dependerá de uma alteração legislativa. A opinião está em manifestação encaminhada ontem para o ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF), relator de ações sobre o assunto.

"A constatação é resultado das tratativas na AGU com entidades representativas das duas categorias e representantes de órgãos públicos", disse, em nota, o órgão.

A AGU aponta "que trabalhou para chegar a uma solução consensual que trouxesse segurança jurídica para a questão, num esforço para a redução da litigiosidade excessiva que vem sobrecarregando o Poder Judiciário brasileiro".

Isso "demandaria o advento de uma nova legislação, respeitando-se os espaços de iniciativa privativa, previstos constitucionalmente para as esferas federal ou estadual".

Nesse sentido, duas soluções foram levantadas. "A recomposição salarial por meio do aumento do teto remuneratório do serviço público ou o Congresso Nacional aprovar uma proposta de emenda constitucional (PEC), que já tramita no Congresso Nacional, criando um benefício relacionado ao tempo de serviço de juízes e membros do MP", enumera. Com isso, ocorreria a extinção pacífica do benefício.

O impacto para os cofres públicos seria menor através da recomposição salarial porque "passariam a ser cobrados impostos sobre os valores dos subsídios - o que não ocorre hoje com as verbas relacionadas ao auxílio-moradia".

Tombo da confiança industrial é mais um obstáculo ao investimento

Valor Econômico - 21/06/2018

A confiança da indústria despencou em junho, evidenciando o impacto fortemente negativo da greve dos caminhoneiros sobre o ânimo dos empresários do setor. Divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) o Índice de Confiança do Empresário industrial (Icei) ficou em 49,6 pontos neste mês. Foi uma queda de 5,9 pontos em relação a maio, puxada pela piora expressiva da avaliação das condições atuais, embora as expectativas para os próximos seis meses também tenham se deteriorado. Foi o maior tobo da série mensal do Icei, iniciada em 2010, levando o indicador abaixo de 50 pontos, o que significa falta de confiança.

Os indicadores econômicos de maio já haviam mostrado o grande estrago feito pela paralisação dos caminhoneiros sobre a atividade, havendo estimativas de queda superior a dois dígitos da produção industrial no mês passado. A venda de aço, por exemplo, caiu 16,4% em relação a abril, segundo o ajuste sazonal do Bradesco nos números do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda).

Com o índice da CNI, fica claro que a greve atingiu em cheio a confiança da indústria. Isso afeta as perspectivas para o investimento das companhias do setor, que já eram pouco animadoras.

Segundo a nota, "a confiança dos empresários foi fortemente abalada pela interrupção dos serviços de transportes rodoviários de cargas, no fim de maio, e pelas consequências das medidas tomadas para solucionar a crise". E a queda foi generalizada, alcançando "todos os portes de empresa, regiões geográficas e segmentos industriais (indústria da construção, extrativa e de transformação)".

Em junho, houve piora tanto no índice que avalia o sentimento dos empresários em relação à situação atual quanto no de expectativas. "O indicador de condições atuais caiu de 50,1 pontos para 42,4 pontos entre maio e junho de 2018, uma queda de 7,7 pontos", aponta o relatório, que acrescenta: "Ao situar-se bem abaixo de 50 pontos, o indicador reflete forte percepção de piora das condições econômicas atuais com relação aos últimos seis meses."

O tobo foi especialmente forte no subíndice de condições atuais para a economia brasileira, que caiu de 48,3 em maio para 37,1 pontos em junho. O recuo do indicador de expectativas para os próximos seis meses também foi significativo, de 58,2 para 53,2 pontos, mas ainda ficou acima de 50 pontos.

Uma queda tão forte da confiança da indústria é um sinal muito negativo para a atividade nos próximos meses, confirmando a avaliação de grande parte dos economistas de que a greve dos caminhoneiros teria efeitos que não se

restringiriam às perdas da atividade em maio. Nesse quadro, as estimativas de uma expansão do PIB na casa de 1,5% em 2018 tendem a ganhar força.

Sem alteração nos juros

O Globo - 21/06/2018

Apesar da pressão do mercado financeiro para aumentar os juros básicos, o Banco Central (BC) manteve, por unanimidade, a Taxa Selic em 6,5% ao ano. Após o acirramento da turbulência internacional, havia a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) pudesse subir os juros para conter a disparada do dólar. A autoridade monetária, no entanto, frisou que sua decisão foi focada apenas na inflação, atualmente em 2,68%, bem abaixo da meta oficial do governo, em um cenário de atividade econômica fraca. O BC não se comprometeu com os próximos passos. Ainda não tem dimensão do impacto da greve dos caminhoneiros na economia, mas espera mais inflação e retomada mais lenta do crescimento. Pelo comunicado, analistas veem pouca chance de alta da taxa básica antes das eleições de outubro. Há até quem só espere um movimento em 2019.

“A paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica. Dados referentes ao mês de abril sugerem atividade mais consistente que nos meses anteriores. Entretanto, indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os efeitos da referida paralisação”, afirmou o BC em comunicado divulgado após a reunião. “O cenário básico contempla continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, em ritmo mais gradual”.

Para o BC, o repique da inflação por causa da crise dos caminhoneiros deve ser significativo, mas temporário. A autarquia estima inflação de 4,2% no fim deste ano, acima das projeções do mercado, de 3,88%. A meta para 2018 é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. Para 2019, o BC espera 3,7%, contra 4,1% do mercado. Mas a meta é um pouco menor: 4,25%.

Entre os riscos listados pelo Copom para o não cumprimento da meta estão a possibilidade de os preços continuarem baixos, a continuidade da turbulência internacional e a suspensão das reformas. No comunicado, o BC ressalta que as reformas são essenciais “para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia.”

Copom reafirmou que não recorrerá a juros altos para conter a disparada do dólar. Deve atuar apenas para evitar que uma alta generalizada se propague por toda a economia.

A valorização da moeda americana era um dos fatores que levaram o mercado a cogitar a possibilidade de um aumento nos juros. Mas, há cerca de duas semanas, quando o dólar atingiu R\$ 3,925, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, convocou uma entrevista coletiva, na qual afirmou que, diferentemente de

países que foram alvo de ataques especulativos, como Turquia e Argentina, não usaria os juros para controlar o câmbio.

Em razão das críticas no mês passado, quando manteve a Selic após ter sinalizado que cortaria os juros, o BC adotou uma linguagem cautelosa em suas projeções. “Na avaliação do Copom, a evolução do cenário básico e do balanço de riscos prescreve manutenção da Taxa Selic no nível vigente. O Copom ressalta que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.”

A indicação frustrada em maio contribuiu para o desequilíbrio no mercado, já afetado pelo cenário internacional. Os juros futuros saltaram e houve pressão para que o BC elevasse a taxa.

A menção, no comunicado, da greve dos caminhoneiros foi considerada positiva por analistas.

— Na reunião anterior, o BC deu muita ênfase ao cenário externo. Agora, está ponderando que tem uma situação doméstica e que está de olho nisso, ou seja, não está preocupado somente com o câmbio, mas com um conjunto de fatores — explica o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

Analistas começam a afastar a possibilidade de alta dos juros antes das eleições. Para Neil Shearing, economista-chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics, o fato de o BC mostrar que os efeitos da crise pesam mais que o câmbio respalda essa projeção. Em nota, ele afirma que a alta do dólar pode até levar a um aumento da Selic nos próximos meses, mas ressalta que o arsenal do BC para lidar com isso é grande. E diz acreditar que o Copom deve esperar até depois das eleições de outubro para começar a subir os juros,

Já a economista do banco Santander, Tatiana Pinheiro, acredita que a Selic ficará em 6,5% até, pelo menos, o segundo semestre de 2019:

— O comunicado avalia que não há transmissão mecânica entre os choques recentes (alta do câmbio) e a política monetária. Admite que haverá pressão da alta do dólar e da greve dos caminhoneiros na inflação. Mas a avaliação é que isso será temporário e que essa alta será mitigada pela ociosidade da economia. Além disso, o BC ressaltou que a taxa de juros tem que ser estimulativa neste momento.

ELEIÇÕES PODEM INFLUENCIAR COPOM

O analista-chefe da Rico Investimentos, Roberto Indech, no entanto, ressalta que os cenários doméstico e internacional são muito complexos. Por isso, diz, as decisões sobre a Selic serão tomadas na véspera das reuniões do Copom.

— Vivemos um momento complexo, com incerteza eleitoral, preocupação fiscal, expectativa das decisões da Justiça sobre a situação do ex-presidente Lula, atividade econômica prejudicada pela greve dos caminhoneiros, além das tensões entre EUA e China. Portanto, o Copom só terá condições de avaliar se mantém ou não os juros na véspera de cada reunião — diz Indech, que, devido às eleições, não descarta alta de juros ainda este ano.

Tatiana, do Santander, admite ver risco no cenário eleitoral, mas que o impacto ficaria para 2019: — O BC lida com o que é real hoje. A Selic a 6,5% mantém o Brasil na 7ª posição dos maiores juros reais do mundo, segundo ranking elaborado pelo site MoneYou, em parceria com a Infinity Asset Management. O juro real brasileiro é de 2,91%, abaixo de Indonésia, Índia, México, Rússia e Turquia. A lista é encabeçada pela Argentina, que elevou sua taxa básica para 40%, e tem juro real de 23,89%.

Entidades ligadas à indústria e ao comércio consideraram acertada a manutenção da Selic em seu mínimo histórico, devido à queda nas projeções para o crescimento da economia. Alencar Burti, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), vê a taxa nesse patamar até o fim do ano. Já para os sindicatos, a Selic continua alta. Miguel Torres, presidente interino da Força Sindical, disse que isso inibe os investimentos e a criação de empregos. Em dia instável, dólar sobe 0,9%, a R\$ 3,779.

Greve afeta criação de emprego

Correio Braziliense - 21/06/2018

A greve dos caminhoneiros deflagrada na segunda metade de maio afetou em cheio o mercado de trabalho. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem mostram um tombo de 71% na criação de empregos no mês passado em relação a abril, passando de 115.898 para 33.656 vagas na série sem ajuste sazonal. Na comparação com maio de 2017, quando foram criados 34.254 postos de trabalho, a queda foi menor, de 1,7%.

O resultado ficou bem abaixo das expectativas do mercado, que esperava 60 mil novos postos. A indústria e o comércio foram os dois segmentos que fecharam vagas, na contramão dos demais, com um saldo negativo de 18,4 mil posições. Os dois setores cortaram 11.991 e 6.464 postos, respectivamente.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, minimizou a queda e destacou que houve criação de emprego por cinco meses consecutivos no ano. “Mesmo com problemas pontuais, como a greve dos caminhoneiros, que afetou a economia como um todo, postos de trabalho continuaram a ser gerados. Isso confirma a robustez de nossa economia e o esforço de todos — governo, empresários e trabalhadores — para vencermos o desemprego”, disse ele, em nota.

De acordo com o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, no entanto, a queda do emprego na indústria em maio foi agravada com a greve, porque o setor já

estava antecipando, em maio, a queda da produção entre junho e julho por conta da Copa do Mundo. Ele ainda sinalizou que o setor deverá continuar fechando vagas. “Não dá ainda para fazermos estimativa do impacto da greve com relação a emprego até o fim do ano, mas, realmente, vai ter problemas. Isso vai ter um custo para toda a sociedade”, avisou Coelho, após encontro com o presidente Michel Temer no Palácio do Planalto.

Já o consultor sobre mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) Tiago Barreira, acredita na recuperação do ritmo de criação de emprego até o fim do ano. “As previsões do mercado estavam muito otimistas e essa greve trouxe um efeito negativo, mas não foi um sinal de perda de fôlego do mercado de trabalho, pois o saldo de emprego dessazonalizado de maio acabou ficando próximo ao de abril, pelas nossas contas”, explicou. Ele prevê um saldo de 90 mil a 100 mil empregos em junho, até o final do ano, um saldo positivo de 627 mil vagas.

Vagas de vigilantes penitenciários

A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás divulgou edital de abertura de concurso para contratação de 1.373 vigilantes penitenciários temporários. As chances são para nível médio, com lotação em oito regionais do estado. As inscrições vão de 26 de junho a 12 de julho pelo site www.portaldoservidor.go.gov.br. A taxa de participação é no valor de R\$ 40. O cargo de vigilante penitenciário exige 40 horas semanais, preferencialmente em regime de plantão, e salário de R\$ 1.950,46, composto por vencimento e gratificação de risco de vida, mais auxílio-alimentação.

Cenário até 2020 é de resultados melhores DCI - 21/06/2018

Mesmo diante das incertezas políticas e econômicas atuais, a expectativa é que as empresas brasileiras devem apresentar resultados líquidos (lucros) melhores de 2018 a 2020.

O cenário nesse triênio será de crescimento relativamente baixo da economia, com mais contratações de trabalhadores, mas sem necessariamente um aumento da renda (salários) e dos investimentos devido à alta capacidade ociosa do País.

É o que percebe da pesquisa “Reestruturação empresarial e comunicação com investidores - Amadurecimento em meio à crise” divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri) e Deloitte com 167 empresas e 220 profissionais das áreas de RI, finanças, contabilidade, controladoria e estratégia, gestão de investimentos e mais quatro juízes. Para 92% dos consultados, a receita líquida vai aumentar; e 67% planejam aumentar a folha de pagamento nesse mesmo período.

Entre as demais expectativas apontadas pelos entrevistados para o período 2018 a 2020 estão: a continuidade da redução do endividamento das companhias; a queda das despesas administrativas e de custos; e resultados maiores.

Na avaliação do diretor-presidente do Ibri, Guilherme Setubal Souza e Silva, a perspectiva ainda é baixa para um aumento dos investimentos. “A economia vai melhorar um pouco. Será preciso mais gente nas fábricas. Pode-se contratar mão-de-obra sem gastar um real a mais em investimentos. O crédito caindo na área corporate de grandes bancos [Itaú, Bradesco, BB] é um indicativo disso”, argumentou o diretor-presidente.

Na visão do sócio-líder de reestruturação empresarial da Deloitte, Luís Vasco, as novas contratações não significarão um aumento dos salários, e consecutivamente, da renda das famílias. “Temos uma massa de 13 milhões de desempregados que demora a cair”, diz.

Guilherme Setubal lembrou que a crise econômica (2015-2016) trouxe muitas lições ao empresariado. “A crise afetou muito, mas deixa as companhias mais saudáveis daqui para frente”, aponta.

Segundo o estudo, entre as lições aprendidas com a recessão estão: a melhora da gestão financeira (38% das respostas múltiplas); gestão de custos (27%); estratégia e planejamento (17%), busca pela eficiência (12%), governança e gestão de riscos (10%) e gestão de investimentos (7%).

Dentre as conclusões da pesquisa sobre os últimos três anos (2015-2017) revelou-se: que devido a restrição do crédito corporativo nos bancos houve mais aportes de capital de parte dos sócios; reestruturação de endividamento; renegociação de contratos especialmente com fornecedores e clientes; e o crescimento baseado em eficiência operacional com a redução de custos, controle e gestão de riscos. “A crise obrigou as empresas a comunicarem com clientes, fornecedores e comunidades, e a serem transparentes com o mercado”, disse Luís Vasco.

Da consulta com juízes, a pesquisa mostrou que a legislação de recuperações judiciais em vigor desde 2005 já trouxe experiências importantes para credores e companhias. Na ótica dos juízes, o aumento dos casos de recuperação não representa aumento nos casos de sucesso. “A empresa relata que tem uma dificuldade, o banco corta a linha [de crédito]. Falta oxigênio [dinheiro] e a empresa é obrigada a entrar em recuperação”, exemplificou Luís Vasco, da Deloitte.

Potencial do mercado

Nos próximos 10 anos (até 2027), o volume de recursos captados via emissão de dívidas no mercado de capitais deverá crescer 136,3%; e o número de companhias abertas na bolsa brasileira (B3) deverá ter um acréscimo de 317

empresas, em relação as 403 listadas em maio de 2018. “Sem a presença significativa do BNDES no crédito subsidiado e juros relativamente baixos (Selic em 1 dígito), a projeção é otimista”, afirmou o professor do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Carlos Rocca, sobre o estudo divulgado ontem pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) no 20º Encontro de RIs e Mercado de Capitais.

Lojista por necessidade deve se reinventar para sobreviver

DCI - 21/06/2018

O número de brasileiros que empreenderam para driblar a dificuldade de colocação no mercado de trabalho disparou na crise. Em 2017, 43% das empresas com menos de três anos foram abertas por necessidade – em 2014, o percentual era 29%. Nesse cenário, varejistas devem pensar em boas práticas de gestão para garantir que o sonho e ser o próprio chefe não vire pesadelo.

“Quando não há espaço para absorção no mercado e trabalho, abrir o próprio negócio parece a melhor saída, e atuar no varejo é muito comum”, afirma o professor de empreendedorismo e especializado em negócios de necessidade pela Universidade São Paulo (USP), César Pinto.

Segundo uma pesquisa do Sebrae, ao início de 2017, 11 milhões de empreendedores há menos de três anos disseram ter empreendido por falta de opção.

“Os negócio por necessidade envolvem o menor custo possível e retorno mais rápido, e isso pode ser um tiro no pé”, diz o professor, ressaltando que, além de problemas contábeis, muitas não sabem prever demanda, precificar e formar estoque.

“Não adianta ir até o Brás [Bairro de São Paulo] para comprar roupas e tentar revender na marra. Muitas vezes a falta de profissionalização joga o empreendedor em uma situação financeira pior do que ele tinha antes de resolver abrir o próprio negócio”, alerta o acadêmico.

Um exemplo de empreendedor por necessidade é Renata Brasil. Formada em administração, Renata perdeu o emprego em 2013, e depois de procurar recolocação por mais de um ano, resolveu abrir um negócio próprio.

“Decidi trabalhar com a venda de roupa e acessórios porque era o mais viável. Tirando as noções de administração de empresa, não sabia nada sobre varejo. E meus dois primeiros anos foram muito difíceis”, relembra.

O ponto de inflexão da empreendedora foi, justamente, a capacitação específica para varejo. Em 2015 Renata fez uma série de cursos que iam

desde gestão de estoque até controle de folha de pagamento. “Hoje a margem das minhas vendas é o dobro do que era em 2013. Esse tipo de coisa não se aprende sozinho.”

Melhores práticas

Foi justamente a busca por melhores práticas que puxou a demanda por cursos na Escola Sorvete. Com um projeto que abarca desde a produção do produto até a gestão de uma loja, a escola registrou incremento de 50% na demanda nos últimos anos.

Segundo o chef sorveteiro Francisco Sant’Ana, que administra os cursos, o público da escola é variado, mas a busca é similar: alternativas de renda.

Para atender essa alta demanda, a empresa aderiu ao Ensino a Distância (EaD) e já prepara grades alternativas para atender todo mundo.

“Com a economia em recuperação, e as pessoas mais esperançosas, buscando dar uma guinada na vida profissional autônoma, aumenta a busca por investir em um próprio negócio”, explica ele.

Com a ajuda da Escola Sorvete, Sant’Ana conta que empresas como a Sorveteria Wallnuts, Dona Nuvem, Santin Lovely Ice Cream avançaram. “Um dos alunos resolveu criar a própria fábrica distribuindo para bares, restaurantes e eventos sociais”, comemora.

Outra iniciativa que promete ajudar a profissionalizar o setor é o recém lançado “ProVa – Laboratório de Inovação do Varejo”, que integra processos no varejo e na indústria de modo mais eficiente. “O nosso objetivo é incentivar o aumento da competitividade do varejo brasileiro, além da criação de novos modelos de negócio, o desenvolvimento de produtos e serviços, a melhoria do atendimento e a interação com outros segmentos”, disse o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, na inauguração do espaço, que fica no Shopping Frei Caneca, em São Paulo.

Focado em empresas de médio porte, ao longo de 24 meses, serão desenvolvidas ações para lojistas de todas as regiões brasileiras. “Serão feitos meetups, ciclos de design thinking, feiras e workshops. A expectativa é receber, durante o período, 10 mil tomadores de decisão do varejo”, disse o coordenador do projeto pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Eduardo Tosta.

Governo quer blindar recursos do pré-sal **Paranoá Energia - 21/06/2018**

O governo está articulando uma forma de blindar os R\$ 100 bilhões que poderão ser arrecadados com o leilão do excedente do pré-sal, previsto para ocorrer ainda este ano, depois que União e Petrobras resolverem o impasse em torno dessas áreas. A ideia é que as empresas vencedoras façam o

pagamento em parcelas e não de uma vez só. Com isso, o dinheiro ficaria blindado das pressões de parte do governo e do Congresso para usar os recursos como forma de bancar novos subsídios, principalmente no gás de cozinha.

Segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo e o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), o pagamento escalonado permitiria “guardar” a receita do leilão para os próximos anos, ajudando as contas públicas. Ao mesmo tempo, facilitaria o planejamento das empresas interessadas, que podem se programar melhor e fazer uma oferta maior do bônus que é pago pelo direito de explorar os campos. Uma das possibilidades é dividir em três anos.

A avaliação do governo é que o pagamento em única parcela poder atrapalhar a formação do preço do bônus, já que o valor esperado é muito elevado. Com o pagamento escalonado, o dinheiro do leilão não entraria no caixa do governo apenas em 2018 na gestão do presidente Michel Temer.

Como as despesas do Orçamento deste ano estão próximas do teto de gasto (regra que proíbe que as despesas cresçam acima da inflação), a arrecadação em um única parcela com o leilão teria a função de aumentar as receitas e diminuir o rombo das contas públicas em 2018, sem uma contribuição para o fechamento dos resultados fiscais no próximo governo. A situação fiscal para o próximo presidente é grave porque há risco de descumprimento de outra norma fiscal, a chamada regra de ouro – o dispositivo constitucional que impede a emissão de dívidas pelo Tesouro Nacional para o pagamento de despesas correntes.

Impasse

A expectativa do governo é que o leilão possa ocorrer ainda este ano com a aprovação da nova versão do projeto de lei da cessão onerosa, que foi apresentado na terça-feira, 19, na Câmara e deve ir à votação nesta quarta-feira, 20.

O texto autoriza a Petrobras a transferir até 70% das áreas de cessão onerosa na Bacia de Santos (SP). O acordo da cessão onerosa foi fechado pela Petrobras com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores.

Em razão disso, a Petrobras alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida. O projeto trata exatamente das condições da revisão desse acordo. Sem essa revisão contratual, o governo não pode vender o direito de exploração do excedente dos barris no leilão na área da cessão onerosa.

A proposta traz uma redação mais clara para os pontos em que não havia consenso e afasta “zonas cinzentas” do contrato, dando conforto para que integrantes do governo e da Petrobrás possam assinar a revisão sem questionamentos futuros. O texto foi apresentado pelo relator, deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), com apoio do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU).

TST analisa hoje ação bilionária da Petrobras

Valor Econômico - 21/06/2018

O Tribunal Superior do Trabalho (TSE) inicia hoje o julgamento da maior ação trabalhista da história da Petrobras - e que pode levar a estatal, em caso de derrota, a desembolsar R\$ 17 bilhões para corrigir os salários de cerca de 51 mil empregados.

A discussão reúne sete mil ações individuais e 47 coletivas movidas por trabalhadores, envolvendo cerca de 20 entidades sindicais. Questiona-se a fórmula de cálculo do complemento da política de salários da empresa - a chamada Remuneração Mínima de Nível e Regime (RNMR), estabelecida em acordo coletivo, 11 anos atrás.

Pelos termos desse acordo, adicionais (como trabalho noturno, regime de sobreaviso ou de periculosidade) incidem no cálculo da RNMR, mas os funcionários exigem na Justiça uma nova conta. Na prática, se prevalecer no tribunal o que pedem os trabalhadores, esses complementos serão pagos de forma dobrada.

Segundo apurou o Valor, a Petrobras argumenta que o acordo assinado em 2007 vigorou por três anos sem intercorrências. Além disso, uma das cláusulas diz que qualquer aditamento deve ser levado a uma comissão paritária, formada por três representantes dos sindicatos e três da estatal - o que também não teria ocorrido.

Os advogados da companhia ainda anexaram informativos em que os sindicatos elogiam o resultado da negociação (divulgados na época da assinatura do acordo) e alegam que uma mudança no cálculo pode criar insegurança jurídica em torno dos acordos coletivos, instrumento que ganhou força nas discussões sobre a reforma trabalhista.

Por outro lado, os defensores dos trabalhadores afirmam que a redação do acordo dá margem para mais de uma interpretação, devendo prevalecer a que beneficia o funcionário, conforme jurisprudência fixada pela Justiça do Trabalho.

A RMNR foi adotada para equalizar a remuneração dos empregados. Dessa forma, no caso de dois trabalhadores de mesmo nível e de mesma localidade, o que ganhava menos do que o outro passou a receber uma diferença e, assim, o alcançou em termos salariais.

Os funcionários, porém, afirmam que o método desconsidera adicionais que já estavam incluídos no salário. Para eles, os valores devem ser excluídos, para a Petrobras complementar o pagamento. Se o TST concordar com a tese, um técnico de refinaria em metade de carreira, que hoje ganha R\$ 11.123, aumentaria seu salário em 50%, passando a receber R\$ 16.648.

Isso traria impacto estimado de R\$ 2,5 bilhões ao ano à folha de pagamento da estatal. Os R\$ 17 bilhões de complementação retroativa de pagamento dos adicionais não estão previstos no orçamento da Petrobras para 2018.

A matéria será julgada pelo plenário do TST e a decisão será aplicada em todos os casos semelhantes que tramitam na Justiça do Trabalho.

O plenário da Corte é composto por 27 ministros. O relator é o ministro Alberto Bresciani. A parte que perder o processo poderá recorrer ao próprio TST e posteriormente ao Supremo Tribunal Federal, caso sejam apresentados argumentos constitucionais no recurso.

Processo sobre ‘pejotização’ será julgado no TRT do Paraná

DCI - 21/06/2018

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou o prosseguimento do exame de ação civil pública do Ministério Público do Trabalho (MPT) que trata da contratação de profissionais de estética como prestadores de serviços por empresas do Paraná.

Segundo a decisão, o objetivo da ação é o cumprimento de preceitos da legislação trabalhista de caráter imperativo, o que legitima o MPT para sua proposição.

De acordo com o órgão, duas empresas responsáveis pelo Salão de Beleza Lady e Lord, de Pato Branco (PR) admitiam cabeleireiros, manicures, depiladores, maquiadores e esteticistas de forma ilícita. Embora com o pretexto de contrato de arrendamento de espaço, a relação teria as características de emprego, revelando a ocorrência de pejotização. Na ação civil pública, o MPT pedia o fim da prática e a regularização dos trabalhadores.

As empresas, em sua defesa, afirmaram que os contratos de arrendamento eram elaborados em conjunto com os sindicatos das categorias. Tratava-se, segundo alegaram, de “parceria comercial”, sem subordinação.

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco julgou improcedentes os pedidos. No exame de recurso ordinário, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região reconheceu a ilegitimidade do MPT e extinguiu a ação. Para o TRT, o MPT pretendia dar repercussão coletiva às relações de trabalho entre as empresas e os profissionais, mas a discussão principal trataria de direitos individuais heterogêneos.

No recurso de revista ao TST, o Ministério Público sustentou que a ação versa sobre direitos individuais indisponíveis relativas ao vínculo de emprego, o que justifica sua atuação.

O relator, ministro Maurício Godinho Delgado explicou que a ação civil pública é cabível na esfera trabalhista quando se verifica lesão ou ameaça a direito difuso, coletivo ou individual homogêneo decorrente da relação de trabalho.

Para o relator, o MPT busca a adoção de medidas para cessar procedimento genérico e contínuo prejudicial aos profissionais na atividade-fim dessas empresas. "Presume-se que a principal tutela pretendida é ampla e massiva."

Por unanimidade, a Turma deu provimento ao recurso para declarar a legitimidade do MPT e determinar o retorno dos autos ao TRT para analisar os pedidos.

Lições do dólar **O Estado de S. Paulo - 21/06/2018**

Zeina Latif

Para onde vai o dólar? Economistas não têm bons instrumentos para responder a essa pergunta. Trata-se de um preço de ativo influenciado por muitas variáveis.

O pouco que sabemos é que o diferencial de crescimento entre os países contribui de forma relevante para explicar a direção das moedas. País que cresce mais ou que tem maior expectativa de crescimento tem moeda mais valorizada, e vice-versa.

Entre 2014 e 2016, por exemplo, a economia norte-americana exibia robustez crescente, enquanto se discutia o risco de rápida desaceleração na China, impactando o cenário econômico de seus parceiros comerciais. Resultado: o dólar apresentou expressiva valorização, de 25% em relação a uma ampla cesta de moedas calculada pelo Fed.

O fato de os EUA serem mais fechados ao comércio mundial também impacta o comportamento de sua moeda. Nos últimos meses, o comércio mundial perdeu fôlego, possivelmente por conta da desaceleração de investimentos tradicionais na China. Europa, Japão e emergentes sofrem. O resultado é a valorização recente do dólar no mundo.

O real, por consequência, se enfraqueceu. Em linha, porém, com o sugerido pelo quadro externo e levando em conta sua elevada volatilidade histórica. Pelos nossos modelos econométricos, o peso do ambiente interno, de incertezas e de baixo crescimento, seria marginal. Seu papel estaria mais em eliminar a sobrevalorização do real ocorrida desde o início do processo de

impeachment, do que em gerar um enfraquecimento adicional da moeda em relação ao sugerido pelo ciclo da moeda americana.

Apesar de o nervosismo do mercado lembrar aquele de 2002, o quadro agora é bem diferente. Naquele ano, havia razões para correção forte da moeda, pois o real estava excessivamente sobrevalorizado quando comparado à cesta de moedas. Como consequência, o déficit nas contas externa (transações correntes) estava elevado, em 4,2% do PIB. Muitos analistas apontavam como um fator potencial de pressão cambial.

Não se sabia a velocidade de ajuste. O ambiente eleitoral ruidoso de 2002 forçou uma rápida correção.

Agora, o real não parece sobrevalorizado e o déficit em transações correntes está em apenas 0,4% do PIB.

Além disso, houve melhora do perfil da dívida pública. Ao final de 2001, a parcela da dívida indexada direta ou indiretamente à taxa de câmbio chegou a 35% do total. Gerava-se uma dinâmica perversa: dólar em alta pressionava a dívida pública, que retroalimentava a pressão cambial por conta do maior risco fiscal. Em abril último, essa participação estava em apenas 5,7%. Hoje as reservas internacionais estão em US\$ 382 bilhões, ante míseros US\$ 35,9 bilhões em 2001. O Brasil tornou-se credor líquido em dólar: dívida externa líquida está em -3,9% do PIB; era +29,4% do PIB em 2001. Assim sendo, a alta do dólar faz a dívida pública líquida cair, e não subir de forma acelerada como no passado.

Difícil afirmar se o movimento recente de valorização do dólar no mundo bateu no teto. Considerando o desempenho histórico, parece menos provável uma correção expressiva como aquela de 2014-16. Nem o dólar está desvalorizado em relação à sua média histórica, nem o mundo está tão mal.

Ficam algumas lições para o próximo governo. O câmbio é flutuante – um regime cambial que se mostrou superior ao de câmbio administrado do passado – e a dinâmica da moeda é em boa medida determinada pelo ciclo da moeda americana. O máximo a ser feito é conter a volatilidade. Controlar o câmbio não deveria fazer parte da agenda econômica dos presidentes.

A tarefa do próximo presidente é avançar em reformas que melhorem os fundamentos do País, para que o real seja menos volátil, de forma a reduzir as incertezas do ambiente econômico e penalizar menos o setor produtivo. E o desafio aumentou por conta da crise fiscal.

O imprevisível comportamento da taxa de câmbio não deveria apenas aumentar a humildade de economistas, mas de governantes também.

Controlar o câmbio não deveria fazer parte da agenda econômica dos candidatos

Fim da recessão com PIB ainda no buraco

O Estado de S. Paulo - 21/06/2018

Roberto Macedo

O título acima pode parecer paradoxal, mas não é, como explicarei em seguida. Uma convenção entre economistas diz que uma recessão se instala quando o produto interno bruto (PIB) de um país mostra taxas de variação negativas em dois trimestres seguidos. No Brasil, em 2015 e 2016 houve uma grave recessão, pois taxas negativas marcaram todos(!) os trimestres desses dois anos. No seu conjunto, fizeram o PIB cair cerca de 7%. Esse é o tamanho do buraco.

A mesma convenção diz que uma recessão chega ao fim se a variação trimestral do PIB se mostrar positiva em dois trimestres seguidos. Isso ocorreu nos dois primeiros trimestres de 2017. Quando o IBGE divulgou o resultado positivo do primeiro, em 1.º/6/2017 e, portanto, antes do final do segundo, o presidente Michel Temer se antecipou à referida convenção e passou a fazer embaixadas com a bola do “fim da recessão”. O resultado do trimestre seguinte veio positivo e isso se repetiu até a última taxa disponível, a do primeiro trimestre deste ano. Temer seguiu com suas embaixadas, mas sem convencer a plateia. Como mostrarei mais à frente, essa bola é um tanto murcha, pois as taxas são muito pequenas.

Ainda recentemente, ao completar dois anos de governo, em 12 de maio, ele afirmou que a “recessão que dizimava mais de 150 mil empregos/mês acabou. O emprego voltou, com cerca de 204 mil vagas com carteira assinada em 2018 e mais de 1,5 milhão de postos de trabalho gerados no último ano”, conforme notícia na internet. Entretanto, ignorou o fato, então já conhecido, de que a taxa de desemprego, que havia caído de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 para 11,8% no último, subiu para 13,1% no primeiro de 2018, com uma redução de 1,5 milhão de pessoas ocupadas.

Passando às taxas de variação trimestral do PIB relativamente ao trimestre anterior, desde o primeiro de 2017 ao primeiro de 2018 elas tiveram estes valores: 1,1%, 0,6%, 0,3%, 0,2% e 0,4%, respectivamente. Ou seja, a bola do fim da recessão murchou ao longo de 2017 e no primeiro de 2018 sua murchidão se reduziu um pouco, mas sem repetir o alento que teve no primeiro de 2017. Os dois primeiros trimestres do ano são muito afetados pelo desempenho do setor agrícola, muito forte em 2017, mas menos atuante em 2018.

E como fica a saída do buraco? Em 2017 o aumento total do PIB foi de apenas 1%, muitíssimo longe do necessário para sair do referido buraco de 7%. Quanto a 2018, as perspectivas são de que a bola do fim da recessão vai continuar murcha, talvez um pouco menos. Um primeiro aspecto está ligado aos números sequenciais do PIB. Como visto, ele subiu quatro degraus trimestrais em 2017 e mais um em 2018. Se estacionasse neste último no resto do ano, assumiria um valor médio superior ao valor médio de 2017 e assim

haveria uma taxa positiva de crescimento em 2018. Isso é o que os economistas chamam de carry over, ou arrasto do crescimento anterior. Vi que medida dessa forma essa taxa seria de 0,85% e, assim, próxima de repetir o fraco desempenho de 2017, de 1%, já apontado.

Mas não crescer mais nada em 2018 seria uma hipótese muito pessimista. As previsões macroeconômicas mais influentes no Brasil são as publicadas semanalmente pelo relatório Focus, do Banco Central. Na edição de 5/1/2018 a previsão era de 2,7%, subiu para 2,9% em 2/3, mas depois passou a cair e em 15/6 estava em 1,8%, após sete quedas semanais ininterruptas. Em 12 de maio Temer também afirmou que a economia “agora deverá crescer mais de 2%”.

Tudo indica que não vai, pois há uma combinação particularmente desfavorável de vários fatores, muitos de difícil reversão. Focando em alguns, há a percepção do forte enfraquecimento político de Temer, agravado pelo contencioso jurídico que carrega, a ponto de ter abandonado seu projeto de reforma da Previdência Social, elemento-chave de um ajuste fiscal para efetivamente conter o forte desequilíbrio das contas públicas federais e a consequente e também forte expansão da dívida pública. É uma dívida peculiar, que se o governo pagasse com emissão monetária, o que só ele pode fazer, causaria enorme inflação e derretimento do valor real do dinheiro em circulação, disseminando perdas pelos agentes econômicos. E se não pagasse, deixando de refinanciá-la nos seus vencimentos, provocaria também enorme e generalizado prejuízo, algo como um confisco da poupança do setor privado aplicado em papéis dessa dívida e fundos lastreados neles.

O governo também se mostrou fraco ao sucumbir às demandas dos caminhoneiros, e há ainda generalizada incerteza quanto o futuro presidente, pois os candidatos em destaque nas pesquisas eleitorais têm comportamento e currículo que suscitam inquietações. Questões como essas afetam o estado de ânimo de empresários e consumidores, prejudicam suas decisões de investir e consumir, e assim também o desempenho do PIB.

Olhando o buraco a que o PIB foi levado, outra visão de sua enorme dimensão é a de que dados do IBGE, representativos de seu valor real, mostram que no primeiro trimestre de 2018 ele retornou a um valor que já havia registrado entre o primeiro e o segundo trimestre de 2011!

É mais uma década perdida, que se soma às dos anos 1980 e 1990, e mesmo a dos anos 2000 não teve um crescimento à altura das necessidades e do potencial do País. Ou seja, além do buraco atual, há também uma estagnação de longo prazo, entendida como tal uma situação não de crescimento nulo, mas aquém desse crescimento desejável.

Salvo exceções cada vez mais excepcionais, a classe política brasileira segue sem perceber a enorme gravidade da situação em que hoje está o PIB, nem a dessa estagnação histórica. Quando as percebe e atua, não se mostra capaz de resolvê-las.

Mas o presidente Temer comemora, fazendo embaixadas com bola murcha

Novos conceitos e estratégias na Ásia

Valor Econômico - 21/06/2018

João Paulo Nicolini e Carlos Carvalho

Conceitos são muito relevantes nas estratégias geopolíticas, como se sabe. Em novembro de 2017, diante de líderes asiáticos reunidos nas Filipinas, Trump prometeu trabalhar por um "Indo-Pacífico livre e aberto", confirmando o abandono do termo "Ásia-Pacífico" utilizado desde a Guerra Fria. O novo conceito delimita a região de encontro dos dois oceanos como centro do engajamento no Oriente e destaca o papel estratégico da Índia. No último dia 30 de maio, Washington renomeou a frota marítima responsável pela região do Pacífico para Comando dos Estados Unidos no Indo-Pacífico. A política "Pivot para a Ásia" de Obama procurava envolver a China nos custos de manutenção da ordem mundial e na expansão do comércio e das relações econômicas na Ásia. Trump aposta no protecionismo, abandonou o multilateralismo e a Parceria Transpacífico (TPP) e definiu Pequim como rival a ser tratado agressivamente.

Ao mesmo tempo, a Casa Branca impulsiona o Diálogo Quadrilateral sobre Segurança, o "Quad", envolvendo dois aliados tradicionais, Japão e Austrália, e a Índia, as autodesignadas "quatro grandes democracias". O Quad foi vislumbrado na coordenação de ações humanitárias após o tsunami no sudeste asiático em 2004. O primeiro encontro formal dos líderes dos quatro países, em 2007, expressou convergências de interesses frente ao poderio chinês e às dinâmicas regionais. No mesmo momento, em discurso no parlamento indiano, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe apresentou a proposta de Arco da Liberdade e da Prosperidade e defendeu a necessidade de ações conjugadas no Indo-Pacífico.

O Quad não tem institucionalização e nem chega a emitir comunicados conjuntos. O interesse maior dos participantes é o aprofundamento de suas relações, por meio de iniciativas bilaterais e trilaterais. Seus avanços e recuos refletem os receios de formalizar uma aliança que poderia aparecer como uma "Otan asiática" para conter a China.

A Índia procura aumentar sua presença na região desde o fim da Guerra Fria e a obsolescência da política de não alinhamento, que o país conduziu e simbolizou desde a independência, em 1947, e ao longo do conflito entre os EUA e a extinta URSS, com quem manteve sempre relação de proximidade. Os exercícios militares de Malabar, iniciativa indo-americana dos anos 1990 e convocados anualmente pela Índia, passaram a contar com participação esporádica de outros países e incluíram formalmente o Japão em 2015. Exercícios militares conjuntos entre países são prática quase rotineira. Em

geral não indicam propósitos beligerantes imediatos e funcionam como exibição de poder e reafirmação ou redefinição de alianças.

Semanas atrás, por exemplo, os EUA retiraram o convite à China para o exercício naval bianual "Rim of the Pacific", de que participara em 2016, devido ao contencioso em torno das ilhas no Mar do Sul da China. Os apoiadores dos exercícios de Malabar pressionaram pela inclusão da Austrália em 2018, mas a Índia preferiu recuar para não alimentar contenciosos diplomáticos com a China.

Os dois conceitos nasceram na própria Ásia, portanto, e evoluem seguindo as preocupações das três potências asiáticas com a ameaça potencial que a China representa, pelo seu poder crescente e por iniciativas recentes de Pequim. Além das reivindicações sobre as ilhas, que envolvem interesses do Japão, há disputas em fronteiras terrestres, como a querela com a Índia em Doklam, em 2017. Nova Délhi é muito reticente com a "Belt and Road Initiative" (BRI), maior iniciativa diplomática de Pequim, destacando que o corredor China-Paquistão cortará a disputada região da Caxemira.

A Austrália tradicionalmente evitou iniciativas que contrariassem seu principal parceiro econômico, mas agora é palco de forte debate interno sobre a participação política de estrangeiros. Há alegações de que membros da numerosa comunidade chinesa estariam subornando políticos e cerceando a liberdade de cátedra de professores que defendam posições contrárias a Pequim em universidades australianas, o que é negado pelo governo chinês. O primeiro-ministro Malcolm Turnbull introduziu medidas legais para coibir a influência estrangeira no país, inclusive restrições adicionais para direitos de imigrantes, e ampliou as dotações orçamentárias para órgãos de inteligência e de segurança. Recentemente o serviço secreto do Canadá apontou que "setores empresariais e políticos" da Nova Zelândia seriam alvos de "interferências" por parte de chineses. Os dois países mantêm a rede de compartilhamento de inteligência "Five Eyes", junto com EUA, Reino Unido e Austrália, criada após a Segunda Guerra.

A estratégia de Trump procura aproveitar a movimentação das três potências regionais, mas enfrenta obstáculos importantes. As três receiam que manobras com Washington prejudiquem suas relações com Pequim, seu principal parceiro comercial, e desconfiam da efetividade do apoio dos EUA a aliados que se envolvam em disputas com a China que a Casa Branca não considere relevantes para seus interesses diretos. A imprevisibilidade de Trump complicou o quadro, como se viu no desconforto de Tóquio e Seul diante da conduta unilateral do presidente dos EUA na cúpula com Kim Jong-un em Cingapura.

Narendra Modi, primeiro ministro da Índia, declarou recentemente que sua visão para a região não exclui nenhum país. As três potências asiáticas procuram orientar as dinâmicas do Indo-Pacífico também de acordo com suas próprias estratégias, o que inclui a busca de alternativas e de diversificação de

parcerias, como tem ocorrido em relação à França e ao Reino Unido, bem como fortalecer laços diplomáticos entre si.

O Brasil continua usando o conceito Ásia-Pacífico, como faz a China, e o Itamaraty observa com cautela e interesse os riscos e as oportunidades em curso na Ásia. A posição geográfica distante exime o país de atuar de forma assertiva nas rivalidades e amplia as possibilidades de aproveitar vantagens comerciais e diplomáticas abertas pela busca de diversificação de parcerias pelas potências asiáticas.

Com a ajuda do câmbio e da inflação

Valor Econômico - 21/06/2018

Ribamar Oliveira

A greve dos caminhoneiros e a forte alta do dólar nos últimos meses, que tanto transtornos causaram à população e à economia, vão ajudar este e o próximo governo a fechar as contas e a cumprir as regras fiscais. É quase certo, por exemplo, que a atual equipe econômica não precisará mais da devolução de R\$ 100 bilhões dos empréstimos feitos pelo Tesouro ao BNDES para cumprir a chamada "regra de ouro" neste ano. Além disso, a equipe do próximo presidente poderá cortar menos nas despesas para cumprir o teto de gastos.

O BNDES já devolveu R\$ 30 bilhões ao Tesouro neste ano e a previsão é de que uma parcela de mais R\$ 100 bilhões será transferida em setembro. O governo conta com essa operação para cumprir a "regra de ouro" em 2018. Isso não será mais necessário, de acordo com fontes credenciadas da área econômica, porque o lucro do Banco Central no primeiro semestre, principalmente com as operações de câmbio, ficará muito acima de R\$ 100 bilhões. Até o dia 15 passado, estava em R\$ 146,2 bilhões. Ainda falta computar, no entanto, o resultado das operações de câmbio e o resultado operacional do BC nos últimos 15 dias de junho, que poderão alterar o valor. Só depois, o governo saberá qual o montante do lucro da autoridade monetária será transferido ao Tesouro. A transferência desses recursos ocorrerá 10 dias depois da aprovação do balanço do primeiro semestre do BC, ou seja, provavelmente em setembro.

O lucro do BC não foi considerado no cálculo feito pelo Tesouro para o cumprimento da "regra de ouro" neste ano. Na última estimativa divulgada, no fim de maio, a insuficiência de recursos foi estimada em R\$ 181,9 bilhões. Para cobrir esse "buraco", o governo contava com os R\$ 100 bilhões do BNDES, com R\$ 27 bilhões do Fundo Soberano (FSB), R\$ 16 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com o cancelamento de R\$ 20 bilhões de restos a pagar e R\$ 18,9 bilhões de outras fontes. Este cálculo será inteiramente alterado, quando o Tesouro considerar o dinheiro que vai receber do BC.

Como não será necessário usar os R\$ 100 bilhões do BNDES, os recursos poderão ficar para cumprir a "regra de ouro" de 2019, ajudando, assim, o

próximo governo a obedecer o dispositivo constitucional, que proíbe que o montante das operações de crédito superem as despesas de capital (investimentos). Outra decisão já tomada pelo atual governo é deixar para o próximo ano a receita a ser obtida com o leilão do excedente de petróleo dos campos do pré-sal da cessão onerosa feita com a Petrobras. Estima-se que essa receita poderá ficar em torno de R\$ 100 bilhões. Os recursos serão utilizados para cumprir a "regra de ouro", pois eles não poderão ser usados para aumentar os gastos, que estão limitados ao teto.

A parte mais expressiva do "lucro" do Banco Central até o dia 15 de junho (R\$ 127,3 bilhões do total de R\$ 146,2 bilhões) decorreu das operações de câmbio, principalmente da valorização das reservas internacionais. Como elas são contabilizadas em reais, toda vez que a moeda brasileira se desvaloriza frente ao dólar, o aumento é considerado como "lucro". Ao fim de cada semestre, esse "lucro", que é meramente contábil, pois o BC não vendeu um dólar sequer das reservas, é transferido para o Tesouro. Com esse dinheiro em caixa, o Tesouro emite menos títulos para pagar suas despesas.

O consultor Antônio D'Ávila Júnior, da Consultoria de Orçamento da Câmara, fez, recentemente, um levantamento que mostra que os governos dos ex-presidentes Lula, em 2009, e Dilma Rousseff, em 2015, só cumpriram a "regra de ouro" com a ajuda da transferência dos ganhos cambiais do BC para o Tesouro. Em 2016, o mesmo artifício foi usado pelo governo Michel Temer. Agora, será usado neste ano. Para D'Ávila, a transferência do "lucro" com operações cambiais é uma forma de financiamento do Tesouro pelo BC e deveria ser proibida. Há um projeto de lei tramitando na Câmara, com esse objetivo, já foi aprovado pelo Senado.

O setor público brasileiro vive uma situação surrealista. A piora do quadro econômico, com dólar e inflação em alta, melhora a situação fiscal, por incrível que isso possa parecer. É como se o governo estivesse "hedgeado", para utilizar um jargão do mercado financeiro. A legislação atual que regula as regras fiscais é que permite o "hedge" (uma proteção).

A emenda constitucional 95, que criou o teto de gastos para a União, estabelece que a despesa de um determinado ano não poderá ultrapassar o limite estabelecido para o ano anterior, corrigido pela inflação de julho a junho. Assim, quanto maior a inflação do período, maior a margem para o gasto e mais fácil será para o governo, qualquer que seja ele, se manter dentro do limite.

A greve dos caminhoneiros e a subida do dólar provocaram uma reversão da inflação. Os especialistas do mercado financeiro e os próprios técnicos do governo estimam que o efeito conjunto do câmbio e da greve deverá resultar em uma elevação da inflação em cerca de um ponto percentual. Parte do aumento já ocorreu em maio, pois o IPCA do mês passado terminou bem acima da previsão que era feita pelo mercado antes da greve e da alta do dólar.

Se a inflação de julho de 2017 a junho deste ano tivesse ficado em torno de 3% - o que era a expectativa do mercado antes da greve e da alta do dólar - o teto de gastos do governo para 2019 iria aumentar cerca de R\$ 40 bilhões em relação ao limite deste ano (3% de R\$ 1,347 trilhão, que é o limite da despesa em 2018). Como a inflação do período poderá ficar em torno de 4%, de acordo com previsões do mercado financeiro e de técnicos do próprio governo, a margem para o gasto poderá aumentar cerca de R\$ 54 bilhões (4% de R\$ 1,347 trilhão). Ou seja, a margem para a despesa vai aumentar R\$ 14 bilhões por causa da inflação maior, o que ajudará a gestão das contas públicas pelo próximo governo.

Esta questão é extremamente relevante, explicou uma autoridade, porque a estimativa do governo é de que as despesas obrigatórias deverão aumentar cerca de R\$ 70 bilhões no próximo ano. Se a margem de expansão do gasto em 2019 tivesse ficado em R\$ 40 bilhões, o corte das chamadas despesas discricionárias (aquelas que o governo pode contingenciar) teria que ser de R\$ 30 bilhões (R\$ 70 bilhões menos R\$ 40 bilhões) para que o teto fosse cumprido.

O corte poderia inviabilizar a administração federal porque as despesas discricionárias (custeio e investimentos) para este ano estão em R\$ 125 bilhões, o mesmo nível de 2009. Com a ajuda da inflação, o corte nas despesas discricionárias será de R\$ 15 bilhões, mais fácil de ser realizado.

Será preciso aumentar impostos

Valor Econômico - 21/06/2018

Nilson Teixeira

A maioria dos candidatos à Presidência afirma que o equilíbrio fiscal será alcançado no seu governo. Todos apontam também que o crescimento econômico aumentará durante seus mandatos e que isso elevará a receita fiscal que, em conjunto com o controle das despesas, garantirá a sustentabilidade da dívida pública.

Minha leitura continua menos otimista. A estabilidade da dívida não será alcançada nos próximos quatro anos sem que haja também um aumento relevante da carga tributária.

Nos últimos anos, o país foi privilegiado por condições externas favoráveis que permitiram o forte declínio da inflação, a recuperação gradual da atividade e o recuo da taxa Selic para um nível sem precedentes, mesmo sem uma melhoria dos resultados fiscais. A elevada liquidez internacional também contribuiu para a quase eliminação do déficit em transações correntes e para o expressivo investimento direto. Não obstante, a dinâmica favorável dos preços dos ativos, que ocorreu de meados de 2016 até o início deste ano, dificilmente se repetirá nos próximos anos. A redução da liquidez para ativos domésticos já provocou um recuo de seus preços bem maior do que imaginado. Isso tende a se aprofundar nos próximos anos caso não haja recuperação das contas públicas.

Os gastos com benefícios previdenciários e com pessoal e encargos sociais, que já totalizam 65% das despesas do governo federal, continuam aumentando. Em abril, esses gastos cresceram, no acumulado em 12 meses, 6% em termos reais. Essa dinâmica reforça a urgência do controle das despesas obrigatórias para equilibrar as condições fiscais. Sem alterações nessa trajetória, as despesas discricionárias teriam que ser zeradas nos primeiros anos da próxima década para permitir o cumprimento da regra do teto de gastos públicos. Lamentavelmente, a impossibilidade de adotar um ajuste profundo de imediato levará o próximo governo a, provavelmente, flexibilizar essa regra.

Após o esforço da equipe econômica desde 2016 para eliminar desvios e melhorar o controle das despesas públicas, mesmo as consideradas rígidas, não há muito mais espaço para novas ações dessa natureza. O próximo governo não terá alternativa a não ser aprovar reformas duras para reduzir o crescimento dos gastos obrigatórios. Todavia, isso será difícil, como comprovado no trâmite da reforma previdenciária, quando as corporações conseguiram enfraquecer bastante a proposta submetida ao Congresso no fim de 2016.

Mesmo assim, essa proposta diluída não conseguiu maioria para ser votada. Isso reforça a avaliação de que, mesmo para um presidente eleito, será muito difícil aprovar uma reforma da Previdência Social ampla o suficiente para estabilizar em termos reais o seu déficit durante o próximo mandato presidencial. Da mesma forma, não será fácil impedir a elevação das despesas com pessoal e encargos nos próximos anos, dado o aumento salarial concedido pelo atual governo para uma parcela do funcionalismo.

As reformas com foco nas despesas a serem aprovadas no próximo governo dificilmente serão capazes de garantir, por si só, a reversão do resultado primário do atual déficit de 2% do PIB para o superávit necessário para estabilizar a dívida de 2,5% do PIB. Um esforço dessa magnitude só será alcançado nos próximos quatro anos com elevação da carga tributária. Após quedas acentuadas em 2015, 2016 e 2017 frente aos anos anteriores, a receita acumulada em 12 meses tem crescido em termos reais nos últimos meses, devido à ligeira recuperação da arrecadação e, principalmente, à alta das receitas não associadas a impostos, como o pagamento de concessões e permissões. Em abril, a receita do governo central acumulada em 12 meses aumentou 5% em termos reais, sendo que a arrecadação de tributos cresceu 2% e a não associada a impostos subiu 28%. Mesmo assim, esse cenário dificilmente persistirá se as previsões para a atividade se deteriorarem.

Isso é o que tem ocorrido mais recentemente, com as expectativas de recuperação acelerada da economia em 2018 sendo abandonadas. As projeções de crescimento do PIB acima de 2,5% nos próximos anos também tendem a ser esquecidas se o governo eleito não for capaz de implementar um ajuste fiscal suficiente para garantir uma dinâmica sustentável da dívida pública.

Em um ambiente global mais desafiador, o próximo governo precisará apresentar medidas também pelo lado das receitas para acelerar o ajuste fiscal. Essas medidas não precisam ser concentradas apenas na criação de tributos (e.g., imposto sobre dividendos, CPMF) e na eliminação de regimes especiais. Há alternativas, como o aprofundamento do processo de desestatização e a reversão de incentivos tributários. Todavia, um programa de desestatização bem elaborado requer tempo, além de seu impacto fiscal não ser duradouro. Um corte das renúncias tributárias, que alcançam 4% do PIB, seria benéfico para o país. Por outro lado, apesar de a sociedade se dizer favorável ao fim de privilégios, a imensa maioria dos favorecidos entende que as transferências para seu grupo são justas e precisam ser mantidas.

Assim, diversos grupos de interesse influentes dificultarão o corte desses gastos tributários, mesmo nos casos em que não existe nenhuma evidência de benefícios para a sociedade.

O passado ensina que não há espaço para uma discussão detalhada sobre programas de governo em uma campanha eleitoral. Defesas de pautas específicas em tempos exíguos têm contribuído bem mais para a perda de votos do que para a conquista deles. Não tenho a ingenuidade de defender que os candidatos a presidente sejam explícitos sobre como alcançarão o equilíbrio fiscal durante seu governo e, muito menos, de clamar que defendam o aumento de impostos, mesmo que provisório. Mesmo assim, seria bom que esses candidatos deixassem claro que a busca da estabilidade na economia nos próximos anos exigirá o sacrifício de todos.

BC entre juros e câmbio

O Globo - 21/06/2018

Míriam Leitão

O Banco Central manteve os juros em 6,5% e esclareceu que não subirá as taxas para combater a elevação do dólar. Usará a política monetária apenas se houver impacto mais forte na inflação. Por enquanto, ela está, em todos os cenários, abaixo do centro da meta. E o nível de atividade está fraco, portanto é preciso ter o estímulo dos juros baixos. O que preocupa o BC é o abandono das reformas.

Manter os juros era a decisão a tomar. Desde a última reunião houve várias mudanças para pior na conjuntura e dois choques de preços: a greve do transporte de carga e a volatilidade cambial. O comunicado do BC fala desses dois fatos. Diz que a greve afetou o nível de atividade, mas acredita que a maior probabilidade é de que, passados dois meses, o processo de recuperação da economia continue.

O Copom acha que a greve e a alta do dólar vão afetar a inflação, mas não de forma a colocar em risco a meta. Em qualquer dos cenários a taxa deve ficar

abaixo de 4,5%. O Banco Central admite que desde a última reunião ficou mais forte a tendência de alta dos índices.

Os choques recentes estão sim elevando a inflação. O país está no meio desse processo. Os IGPs estão altos e o IPCA-15 de hoje deve ficar em torno de 1%. O efeito do câmbio é um pouco mais demorado, mas também impactará os índices. Contudo, não há previsão de riscos para as taxas de inflação. Entre outros motivos porque a economia está muito fria. Neste ambiente, a transferência do câmbio para os preços é mais lenta e difícil.

Desde a última reunião houve piora em todas as previsões de crescimento e a cada dia há um novo indicador mostrando isso. Ontem a CNI divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial e a avaliação das condições presentes despencou de 48,3 pontos para 37,3. Qualquer número abaixo de 50 é pessimismo, mas ele se aprofundou. Piorou também a avaliação para os próximos seis meses.

Nas últimas semanas, com a volatilidade cambial, muitos economistas, bancos, consultores tiveram dúvidas sobre qual seria o entendimento do Banco Central. Essa reunião estava sendo aguardada porque poderia explicar esse novo contexto. E o comunicado foi bem claro em dizer que os juros não tentarão segurar a taxa de câmbio. Em outras palavras, o Brasil não fará o mesmo que a Argentina ou Turquia. “Choques que produzam ajustes de preços relativos devem ser combatidos no impacto secundário que poderão ter na inflação prospectiva”, diz o BC. Acrescenta que os efeitos desses choques podem ser mitigados num ambiente de capacidade ociosa da economia e com as expectativas de inflação ancoradas na meta. “Portanto não há relação mecânica entre os choques recentes e a política monetária.”

A questão ainda em aberto é qual é o limite da oferta de swaps cambiais pelo Banco Central. Para o economista Márcio Garcia, da PUC-Rio, o que o BC consegue é evitar o exagero das cotações (overshooting), mas não controlar a cotação. E que dependendo da alta, pela política de metas de inflação, os juros teriam que subir:

— Evitar overshooting é bem importante porque dá tempo para que os agentes se protejam, com menores danos à economia. Mas subir juros com economia fraca dependerá do câmbio. No nível em que está não, mas a R\$ 4,50 ou mais teria que subir sim.

O que o comunicado do BC diz é que, por enquanto, “o Copom reitera que a conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa ou seja com taxas de juros abaixo da taxa estrutural”.

E faz, no comunicado, o alerta de sempre, de que se as reformas não continuarem o país não terá, no médio e longo prazos, nem inflação baixa, nem crescimento sustentado.

Há riscos para a economia brasileira. Muitos riscos, mas neste momento não vêm do câmbio. A situação fiscal é de grande fragilidade e o quadro eleitoral é nebuloso. Mesmo no cenário em que seja bem sucedida uma candidatura que entenda a necessidade de buscar o equilíbrio fiscal, o novo governo terá dificuldade de reduzir o déficit e estabilizar a dívida. Mas, o que o BC disse ontem é que neste momento não há ameaça de inflação acima da meta, e é preciso estimular o crescimento. Portanto, nada muda.

2018 começou bem para indústria global

DCI - 21/06/2018

Plano de voo/Liliana Lavoratti

Apesar de leve desaceleração em relação a 2017, este ano começou bem para a indústria de transformação mundial, indicam dados da United Nations Industrial Development Organization (UNIDO). No primeiro trimestre de 2018, o avanço da produção chegou a 4,2% frente a igual trimestre do ano passado. Nos dois últimos trimestres de 2017 (julho-setembro e outubro-novembro), o crescimento foi de 4,6% e 4,7%, respectivamente. Os setores de média-alta e alta tecnologia subiram acima de 5,0% em janeiro-março últimos, estimuladas pela a expansão da indústria 4.0 (robotização, automatização e inteligência artificial).

Perda de dinamismo se deve...

No mundo, o maior avanço da produção foi na indústria de máquinas e equipamentos (7,9%), equipamentos óticos, elétricos e computadores (7,2%) e farmacêuticos (7,1%), ainda segundo o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IRDI), Rafael Cagnin. Nos três setores, a alta nos países emergentes e em desenvolvimento superou a dos países em desenvolvimento, e mais forte na China, no caso de farmacêuticos. Nas economias industrializadas, a alta total da indústria de transformação foi de 2,9%, com destaque para a Europa, com 4,1%.

..ao protecionismo de Trump e da Europa

“Houve, contudo, alguma perda de dinamismo, pois os resultados do quarto trimestre de 2017 tinham sido de 3,5% e 5,0% positivos para o conjunto de economias industrializadas e para Europa, respectivamente”, comenta Cagnin. A UNIDO atribui essa desaceleração da atividade industrial ao maior protecionismo praticado pelos governos dos Estados Unidos e da Europa, cujos efeitos negativos podem ser compensados, no decorrer do ano, pelos incentivos fiscais nos Estados Unidos e também na Alemanha, principalmente.

China continua perdendo ritmo

Dentre os emergentes, a produção de manufaturas na China continua perdendo ritmo: de +7,5% no primeiro trimestre de 2017 para +6,8% no quarto trimestre de 2017, chegando ao primeiro trimestre de 2018 a +6,3%, sempre na

comparação interanual. Nos demais países em desenvolvimento e emergentes, cujo aumento de produção ficou em 4,8% em janeiro-março de 2018, também houve desaceleração. No caso da América Latina, a indústria de transformação manteve a recuperação das perdas anteriores, com alta da produção de 2,7% de janeiro-março de 2018.

No Brasil, avanço superior ao da região

O Brasil teve crescimento mais robusto, de 4,4% – acima da média regional e de outras economias importantes (Argentina, Chile e Uruguai), que avançaram mais de 3%. Já o desempenho do México foi mais fraco, de +1,3%, devido às incertezas relativas à renegociação do NAFTA. “Com a melhora do quadro industrial do Brasil, o país vem melhorando sua posição no ranking internacional de desempenho do setor: do 30º lugar em 2017, em uma lista de 48 países, subimos para o 29º lugar no primeiro trimestre de 2018 e para 26º no acumulado de janeiro a abril”, acrescentou Cagnin.

Inflação baixa preocupa BCs globais

Valor Econômico - 21/06/2018

Um grupo formado pelos principais banqueiros centrais do mundo avalia que a inflação permanecerá baixa por algum tempo ainda - e alguns deles acham que pouco podem fazer a respeito, a não ser esperar.

Os presidentes de Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, BC da Austrália, Philip Lowe, e Banco do Japão (BoJ), Haruhiko Kuroda, se reuniram em Sintra (Portugal) ontem para tentar resolver o mistério de as pressões sobre os preços continuarem tão fracas, decorridos dez anos da crise financeira.

Lowe disse na conferência anual do BCE em Portugal que o fato de tantos países estarem enfrentando os mesmos problemas significa que as causas fundamentais do baixo aumento dos salários "provavelmente são globais" e "provavelmente estruturais". "O sistema parece menos propenso à inflação do que antes", disse ele. "Precisamos aceitar que a inflação será baixa por algum tempo."

Os bancos centrais de EUA, Japão, zona do euro e Austrália vêm lutando para alcançar suas metas de inflação de cerca de 2%. Apesar da grande queda do desemprego em algumas economias, os salários estão aumentando num ritmo lento demais para exercer uma maior pressão sobre os preços.

Powell disse que o Fed precisa prosseguir com sua estratégia de alta gradual dos juros enquanto tenta sustentar a baixa taxa de desemprego, evitando ao mesmo tempo o superaquecimento dos riscos econômicos. Mas ele alertou que o Fed não pode estimular demais a economia, uma vez que até agora não houve uma aceleração da inflação em resposta às baixas taxas de desemprego.

"Com o desemprego baixo e devendo cair ainda mais, a inflação perto de nossos objetivos e os riscos para as perspectivas relativamente equilibrados, há fortes razões para a continuidade dos aumentos graduais dos federal funds", disse Powell. O presidente do Fed disse haver a possibilidade de o mercado de trabalho se fortalecer ainda mais, enquanto elogiou os benefícios da baixíssima taxa de desemprego - entre eles o aumento dos investimentos e da produtividade, além da queda do número de pessoas que recebem pensão por invalidez.

Ele reverberou a mensagem de Lowe de que em razão de motivos estruturais - no caso dos EUA, os níveis mais elevados de educação e as expectativas mais bem ancoradas sobre a inflação - é menor a probabilidade desse baixo desemprego desencadear um aumento dos salários maior do que no passado. Se os bancos centrais tentarem "explorar" a ausência de resposta da inflação ao baixo desemprego, o público poderá começar a questionar o empenho dessas instituições com a baixa inflação, disse Powell - acrescentando, porém, que não há sinais de que isso esteja acontecendo.

O baixo desemprego nas décadas de 60 e 70 levou a grandes aumentos dos salários, que então alimentaram pressões inflacionárias. Lowe disse que sindicatos menos poderosos, as percepções de aumento da competição decorrentes da globalização e da tecnologia e a maior participação do mercado de trabalho são motivos estruturais que estão mantendo as pressões sobre os preços baixas desta vez.

"Uma das primeiras coisas que você aprende em economia é que quando você tem uma concorrência maior, isso faz os preços caírem", disse Lowe. "A oferta de mão de obra também está se mostrando bem mais flexível." Ele também afirmou que é melhor tolerar a inflação baixa do que se mexer e correr o risco de criar bolhas nos preços dos ativos. "A inflação baixa não é uma coisa tão ruim. A maioria das pessoas realmente não se importa. Precisamos apenas ser pacientes", acrescentou Lowe. "Não acho que continuar tentando resolver isso com mais estímulo monetário seja interessante para a relação risco retorno."

Das quatro economias, o Japão é a que vem sofrendo mais com as pressões de baixa dos preços, experimentando pouca ou nenhuma inflação desde seu "crash" na década de 90. Kuroda disse que uma "mentalidade deflacionária" se estabeleceu após anos de desempenho fraco da economia e que agora é difícil mudá-la. Os consumidores, acostumados aos preços estáveis, não aceitariam bens e serviços mais caros, apesar do aumento do crescimento do Japão.

Draghi, no entanto, mostrou-se mais confiante de que os salários em breve começarão a aumentar. "Vemos que os custos laborais unitários apontam para cima", disse o presidente do BCE. Enfrentando uma economia muito mais fraca do que Powell e Lowe, Draghi disse que a questão da alta da inflação significativamente acima da meta do BCE é "um problema de classe alta neste momento". Kuroda também disse ser "extremamente improvável" um aumento da inflação no Japão.

Recompra de papel nos EUA pode crescer

Valor Econômico - 21/06/2018

O acirramento da disputa comercial entre Estados Unidos e China ameaça reduzir o crescimento da economia global, mas um impacto sobre os mercados de ações ainda poderia ser moderado, já que as empresas têm se mostrado dispostas a direcionar recursos para operações de "buybacks" - ou seja, recompra de suas próprias ações.

Desde a crise financeira global de quase uma década atrás, esse instrumento passou a ser mais utilizado pelas companhias de capital aberto - entre outros motivos, para dar suporte aos preços das ações. Mas nos últimos trimestres essa ferramenta tem sido menos usada. O "buyback yield" - uma medida do volume de recompras de ações como proporção do valor de mercado das empresas - caiu no último trimestre do ano passado ao menor patamar desde os primeiros três meses de 2010. Ao fim de dezembro de 2017, a taxa ficou em 2,28%, contra 2,40% no terceiro trimestre e 3,22% de dois anos atrás. Os dados são da S&P Dow Jones Indices.

"Embora os efeitos indiretos da incerteza e o abalo à confiança empresarial sejam mais difíceis de medir, espera-se que as empresas reajam destinando mais recursos para operações de 'buyback', o principal suporte dos mercados de ações neste ciclo, de uma perspectiva de demanda e oferta", diz Brett Ryan, economista sênior do Deutsche Bank para os Estados Unidos.

Ontem, os mercados demonstraram que as tensões comerciais nem de longe deixaram de afligir os preços. Em Wall Street, o índice S&P 500 subiu apenas 0,17%, aos 2.767,32 pontos, mas o Dow Jones seguiu em baixa pelo sétimo pregão consecutivo, na mais longa série negativa desde março do ano passado. O Dow Jones recuou 0,17%, a 24.657,80 pontos. Na contramão, o setor de tecnologia impulsionou o Nasdaq Composto a um novo recorde histórico, de 7.781,5146 pontos (alta de 0,72%).

Montadoras alemãs propõem tarifa zero com os EUA

Valor Econômico - 21/06/2018

As principais montadoras alemãs apoiaram a isenção de todas as tarifas sobre importação de automóveis entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos, em um esforço para encontrar uma solução pacífica para a guerra comercial em curso.

O embaixador dos EUA na Alemanha, Richard Grenell, apresentou ontem a proposta de um pacto comercial para o setor ao governo Trump, segundo pessoas a par do tema.

Isso significaria abandonar a tarifa de 10% da UE sobre automóveis importados dos EUA e de outros países e a taxa de 2,5% cobrada nos EUA sobre carros importados. Como pré-requisito, os europeus querem que a ameaça do

presidente americano, Donald Trump, de cobrar imposto de 25% sobre os automóveis importados da Europa deixe de ser alvo de discussão.

Nas últimas semanas, Grenell manteve reuniões a portas fechadas com os dirigentes de todas as grandes empresas automobilísticas alemãs, inclusive reuniões bilaterais com os CEOs da Daimler, BMW e Volkswagen, que operam unidades de montagem nos EUA. Ao todo, as montadoras e fornecedoras alemãs de autopeças empregam 116.500 pessoas nos EUA, segundo a Associação das Fabricantes Automotivas Alemãs.

Durante as conversações, iniciadas pelo embaixador, os executivos disseram que apoiariam o fim de todas as tarifas de importação do comércio transatlântico de produtos automotivos, como base de um acordo mais amplo sobre produtos industrializados. O governo alemão aderiu, e Grenell prometeu apoiar a ideia, segundo autoridades americanas e alemãs.

Os esforços das montadoras alemãs se defrontam com obstáculos significativos. Berlim não tem poder para aprovar acordos comerciais - uma prerrogativa da Comissão Europeia, o órgão executivo da UE -, e teria de convencer os demais países-membros do bloco, a começar pela França, a respaldar o enfoque de livre comércio pelo qual poucos têm interesse.

A abordagem das montadoras é incomum, mas autoridades alemãs disseram que qualquer abordagem pode valer a pena na tentativa de influenciar um presidente cujos atos deixaram seus aliados perplexos, para dizer o mínimo.

"A Alemanha tem a postura certa para resolver esse desentendimento entre amigos", disse o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross. "Se a UE reduzisse sua tarifa de 10% sobre automóveis e caminhões americanos, seria um primeiro passo positivo para um comércio mais justo e recíproco."

Um problema é que os europeus também querem que um imposto de 25% cobrado pelos EUA a picapes, veículos esportivos e vans de grande porte seja suspenso. A abolição dessa relíquia do governo Johnson pode indispor o governo americano com os trabalhadores da indústria automobilística dos EUA, que representam eleitorado decisivo para Trump nas eleições legislativas em novembro.

Ross não comentou se os EUA estariam dispostos a cortar as tarifas sobre os veículos comerciais.

Autoridades em Berlim encaram com cautela a iniciativa das montadoras. Embora endossem a ideia, dizem que o governo já contactou Washington com propostas semelhantes, semanas atrás, sem despertar muito interesse. Dizem ainda que não há atualmente quaisquer conversações em curso sobre comércio entre Europa e os EUA, no momento em que a UE prepara sua reação às tarifas sobre aço alumínio impostas por Trump.

Grenell, um dos poucos embaixadores com canal de comunicação direta com Trump, disse que não é do interesse dos EUA prejudicar as montadoras alemãs. "É importante manter o foco nos empregos americanos, e a indústria automobilística alemã emprega dezenas de milhares de trabalhadores americanos", disse Grenell.

A Daimler confirmou a reunião com Grenell, mas preferiu não comentar. A Volkswagen também optou por não se manifestar sobre o encontro com o diplomata.

Um porta-voz da BMW disse que a companhia está "convencida de que o livre comércio, com barreiras mínimas ou sem barreiras, beneficia todos os envolvidos e de que é um elemento importante na promoção da prosperidade e do bem-estar nacional e internacional. É claro que isso vale [também] para o comércio transatlântico".

Um porta-voz da Comissão Europeia não quis fazer comentários sobre a oferta das montadoras alemãs, mas enfatizou a importância de manter uma postura coesa em relação às tarifas sobre o alumínio e o aço.

"Defendemos o diálogo com os EUA para resolver quaisquer queixas comerciais bilaterais", disse a comissão. "Deixamos claro também que isso só poderá acontecer se for concedida à UE uma isenção permanente de tarifas sobre produtos de aço e de alumínio."

Conseguir a adesão da França para a proposta das montadoras alemãs pode ser tão difícil quanto convencer Trump a colaborar.

Ao contrário da Alemanha, as montadoras francesas Renault e Peugeot não exportam automóveis para os EUA. Assim, qualquer acordo de livre comércio terá pouco valor para elas. Na verdade, um acordo poderá abrir o mercado francês a uma concorrência indesejável.

Trudeau não condena boicote a produtos dos EUA

Valor Econômico - 21/06/2018

"Sempre vou estimular os canadenses a descobrir nosso país fantástico... a continuar a comprar [produtos] canadenses, e se os canadenses estão procurando motivos extras para fazer isso, então que seja", afirmou ontem o premiê canadense, Justin Trudeau, numa manifestação de quase apoio às campanhas de boicote a produtos americanos no país. O movimento ganhou força após os ataques feitos por Donald Trump contra Trudeau durante a cúpula do G-7 no Quebec. "Acho que é importante aos canadenses fazerem suas próprias escolhas de como eles querem gastar seu dinheiro." Com relação às mais recentes ameaças de Washington, Trudeau disse esperar que Trump não imponha a sobretaxa à importação de carros. Segundo ele, dada a natureza integrada do setor automotivo, qualquer ação contra o Canadá atingiria também empresas e trabalhadores americanos.

Múltis americanas na China podem sofrer retaliação

Valor Econômico - 21/06/2018

Uma considerável dose de ironia está por trás da iminente guerra comercial entre EUA e China. Num olhar mais amplo nas estatísticas econômicas, o enorme déficit dos EUA com a China, que tanto inflamou Donald Trump, parece repentinamente muito menor.

Por medidas ortodoxas, o déficit comercial dos EUA foi de US\$ 375 bilhões no ano passado, pois as exportações dos EUA para a China totalizaram US\$ 130 bilhões, enquanto as importações vindas da China somaram US\$ 506 bilhões.

Mas isso deixa de considerar um aspecto importante que atua fortemente em favor dos EUA. Após quase 40 anos de investimentos corporativos dos EUA na China, as subsidiárias das multinacionais americanas no país estão fazendo negócios pujantes, com a venda de produtos e serviços aos chineses.

Essas vendas são tão grandes - de empresas como GM, Nike, Starbucks, Ford e outras - que ultrapassam, de longe, o valor dos produtos exportados pelos EUA para a China, diz Alex Wolf, economista da gestora de ativos Aberdeen Standard Investments. "Essas vendas não aparecem na balança comercial ou na conta corrente, mas são parte do que se poderia chamar de uma 'relação econômica agregada' mais ampla", disse.

Em 2015, o último ano para o qual há estatísticas oficiais dos EUA, as subsidiárias de multinacionais americanas na China faturaram US\$ 221,9 bilhões em vendas a consumidores locais. Os produtos e serviços vendidos foram produzidos por 1,7 milhão de pessoas empregadas por subsidiárias americanas instaladas no país.

Já a presença corporativa da China nos EUA continua pequena. Não há dados oficiais sobre as vendas das subsidiárias de empresas chinesas nos EUA a consumidores americanos, mas analistas acham que elas dificilmente são significativas se comparadas às exportações da China para os EUA.

Portanto, a "relação econômica agregada" EUA-China parece muito mais equilibrada do que o déficit comercial faz parecer. "Corrigir os fluxos de comércio externos de modo a [computar] essas vendas [locais] é complicado e implica restrições. Mas, se alguém quiser fazer isso, os números parecem diferentes, de fato", disse Louis Kuijs, diretor de economia asiática da consultoria Oxford Economics.

No entanto, com a escalada das tensões comerciais bilaterais, a grande presença corporativa dos EUA na China pode se tornar uma vulnerabilidade importante. Em disputas políticas anteriores entre a China e parceiros como o Japão e a Coreia do Sul, os consumidores chineses manifestaram sua raiva fazendo boicotes no varejo a produtos japoneses e sul-coreanos.

Até agora, Pequim conteve a reação de sua mídia estatal contra os EUA. Mas, na terça-feira, essas restrições pareceram falhar. O Ministério do Comércio da China reclamou de "chantagem" após Trump ter dado instruções de preparar tarifas sobre mais US\$ 200 bilhões em exportações chinesas.

"Se os EUA sofrerem uma perda de racionalidade e emitirem uma lista [de tarifas], a China terá de adotar fortes contramedidas, que serão medidas abrangentes que associam quantidade e qualidade", disse o ministério em nota.

O temor, agora, para as empresas americanas que operam na China é que Pequim possa reagir não só com medidas comerciais formais, mas também por meio de uma reação nacionalista informal. "Grande parte da influência chinesa sobre as empresas americanas na China pode ser praticada informalmente", disse Wolf.

"Se os EUA forem caracterizados na mídia chinesa como tendo ferido os sentimentos do povo chinês, então poderemos ver as vendas dessas empresas sendo impactadas não por medidas regulatórias oficiais, mas por boicotes dos consumidores", acrescentou.

Particularmente vulnerável, disse Wolf, seria o turismo chinês nos EUA - que superou soja, aeronaves, maquinário elétrico e outros itens, no ano passado, como maior item na pauta com a China.

"A China tem menos munição à sua disposição em termos de imposição de tarifas, [mas] a história mostra que várias outras medidas podem ser tomadas para impor dificuldades às empresas americanas, especialmente àquelas com operações na China", disse Kuijs. Isso inclui maior rigor em fiscalização sanitária e de segurança, verificações tributárias, o que atrasaria a importação de bens, e boicote a produtos americanos.

Novas tarifas dos EUA podem ter impacto forte na economia chinesa

Valor Econômico - 21/06/2018

A ameaça do presidente dos EUA, Donald Trump, de impor tarifas sobre outros US\$ 200 bilhões em importações chinesas, poderá reduzir o crescimento econômico do país em até meio ponto porcentual, segundo economistas. Para tentar atenuar esse impacto, o Banco do Povo da China (PBoC, o banco central chinês) já sinalizou que poderá reduzir a taxa do compulsório bancário para aumentar a liquidez no mercado e estimular a concessão de crédito.

Ontem foi um dia de estabilização das bolsas chinesas, que reagiram aos sinais de apoio do PBoC, que injetou mais 200 bilhões de yuans (US\$ 31 bilhões) por meio de empréstimos a instituições financeiras. A autoridade monetária também elevou a cotação do yuan frente ao dólar. Com isso, o

índice Xangai Composto, que na terça-feira chegou a cair 5%, fechou ontem com uma alta de 0,3%.

Mas o risco de uma prolongada guerra comercial com os EUA atinge a China em um momento que a segunda maior economia do mundo já apresenta sinais de desaceleração. Os dados de maio referentes à produção industrial, às vendas no varejo e ao investimento ficaram abaixo das previsões. A economia da China cresceu 6,9% em 2017 e o governo estabeleceu a meta de 6,5% para este ano.

Trump prometeu impor tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões em importações, a começar de 6 de julho com uma lista de produtos avaliados em US\$ 34 bilhões.

O UBS estima que a rodada inicial de tarifas sobre US\$ 50 bilhões em importações poderá reduzir o crescimento da China em 0,1 ponto porcentual no primeiro ano. Se Trump sobretaxar outros US\$ 100 bilhões, a perda poderá ser de 0,3 a 0,5 ponto porcentual.

O Deutsche Bank estima que tarifas sobre US\$ 250 bilhões de bens chineses eliminaria de 0,2 a 0,3 ponto porcentual do crescimento nos primeiros doze meses após a aplicação. A Oxford Economics estima que tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões, mais 10% sobre US\$ 200 bilhões reduziriam o crescimento chinês em cerca de 0,3 ponto porcentual em 2019/2020.

Tom Orlik e Fielding Chen da Bloomberg Economics calculam que o impacto da queda das exportações e dos menores investimentos industriais poderia contribuir para um golpe de 0,5% no PIB.

As análises de como o impacto das tarifas variam e muito vai depender dos detalhes finais das tarifas que forem implementadas.

"As autoridades monetárias políticas estão focadas no impacto potencial das tensões comerciais e na reação do mercado, e querem evitar um impacto significativo na confiança das empresas", disse Robin Xing, economista-chefe do Morgan Stanley, em Hong Kong. No pior dos casos, como o de tarifas sobre mais US\$ 200 bilhões em exportações para os EUA, "as autoridades poderão aumentar o apoio fiscal, provavelmente ampliando o déficit fiscal", disse ele.

UE prevê que Trump vai impor sobretaxa a carros

Valor Econômico - 21/06/2018

A União Europeia (UE) prevê que o governo de Donald Trump ampliará o confronto no comércio internacional antes da eleição para o Congresso americano, em novembro, com a imposição de sobretaxas contra US\$ 190 bilhões de importações de automóveis e caminhões leves.

As eleições legislativas de 6 de novembro, que ocorrem no meio do mandato presidencial, ameaçam mudar o controle do Câmara e do Senado dos EUA,

hoje com o Partido Republicano, de Trump. Pesquisas indicam que há chance de o Partido Democrata obter a maioria em ambas as casas.

Falando ontem à Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, o principal negociador comercial da UE, Jean-Luc Demarty, que só fica abaixo da comissária Cecilia Malmström, avisou que a UE vai reagir.

Demarty, que é diretor-geral de comércio da UE, sublinhou que o bloco não "quer jogar mais lenha na fogueira", mas que não pode parecer fraco diante de Trump. A visão é de que, se a UE não reagir, haverá uma adição interminável de medidas unilaterais pelos EUA. "A UE precisa mostrar que deve ser respeitada", disse ele, segundo fontes que acompanharam o seu depoimento no Parlamento.

A partir de sexta-feira, a UE vai passar a aplicar sobretaxas em importações no valor de € 2,8 bilhões procedentes dos EUA, em retaliação às tarifas impostas por Trump na entrada do aço e alumínio europeus no mercado americano.

A maior preocupação agora é com o setor automotivo. A Europa é o principal exportador mundial de carros. Só a Alemanha exporta globalmente mais de US\$ 150 bilhões em automóveis por ano. A irritação na UE é ainda maior com a investigação aberta pelos EUA, porque também é baseada em justificativa de segurança nacional.

A UE diz que está muito vigilante, ativa e unida. Demarty insiste que uma divisão entre seus países-membros seria o pior cenário no momento atual. Para ele, a sobretaxa planejada por Washington sobre veículos terá impacto ainda mais negativo sobre a economia mundial e sobre os próprios EUA.

Ele revelou aos parlamentares europeus que a UE estava pronta a oferecer aos EUA um acordo de livre comércio, portanto sem tarifas, limitado a produtos industriais, desde que não fosse atingida pelas sobretaxas do alumínio e do aço.

No entanto, não houve "conversa crível" com os EUA. Ele relatou que o governo Trump queria que a UE fizesse concessões unilaterais e restringisse suas exportações para os EUA. Ou seja, "tomar medidas ilegais [os EUA] e pedir um resgate para removê-las não será aceito pela UE", afirmou, conforme relato de uma fonte. O negociador disse a Europa não vai negociar com uma arma apontada para a cabeça.

A UE considera a eventual sobretaxa dos EUA às importações de carros ainda mais irracional, porque as montadoras europeias com fábricas nos EUA exportam para o resto do mundo tanto quanto as suas matrizes exportam para o mercado americano.

Para Demarty, uma guerra comercial entre os EUA e a China seria muito ruim para todo o mundo, mas que não via como a China poderia sair perdedora, sem elaborar mais sobre o tema.

Ele destacou que a UE procura ser firme com os EUA, mas que é também importante trabalhar com os americanos para pressionar a China, em referência a subsídios industriais, excesso de capacidade de produção e atuação de empresas estatais. Segundo Demarty, a UE vai trabalhar com outros grandes parceiros nesse cenário, incluindo Japão, Canadá, Coreia do Sul e Austrália.

Disputa contra o Canadá na OMC agora envolve UE e decisão só sai no fim de 2019

Valor Econômico - 21/06/2018

O Brasil terá agora disputa não só contra o Canadá, mas também contra a União Europeia (UE), na Organização Mundial do Comércio (OMC), envolvendo subsídios dados ao construtor canadense Bombardier e que afetam a Embraer. O Valor apurou que o Canadá, sob pressão para responder a quase 300 perguntas feitas pelo Brasil e pelos próprios juízes, argumentou que agora é o construtor europeu Airbus o controlador do programa contestado de fabricação dos jatos regionais da C-Serie da Bombardier.

Devido à complexidade da disputa, os juízes do caso informaram ontem aos membros da OMC que só vão apresentar a decisão no segundo semestre de 2019, com vários meses de atraso. Normalmente, pelas regras envolvendo contenciosos, isso deveria ocorrer entre agosto e novembro deste ano.

A Airbus detém agora 50, 01% dos aviões C Series da Bombardier, segundo acordo que entra em vigor agora. O construtor europeu pretende abandonar o nome C Series e passa a batizar os aparelhos de A 210 (os de 110 assentos) e A 230 (os de 130 assentos). O argumento é que isso facilitará a integração dos jatos regionais no portfólio de Airbus e ajudará a tranquilizar os compradores potenciais no longo prazo.

O governo canadense reiterou na OMC que cabe à Airbus decidir que tipo de informação pode dar durante a disputa com o Brasil. Assim, será a UE que entrará diretamente na disputa, representando o construtor europeu. A primeira audiência do conflito, diante dos juízes, já foi adiada para o começo do ano que vem.

O Brasil apresentou queixa em setembro de 2017 contra o Canadá na OMC por concessão de subsídios à Bombardier, disputa que poderá ter forte impacto nas condições de concorrência futura no mercado de jatos regionais.

Segundo levantamento de fontes brasileiras, o governo canadense forneceu US\$ 2,5 bilhões de subsídios para a Bombardier nos últimos tempos. Isso permitiu à companhia oferecer grandes abatimentos nos preços e abocanhar encomendas importantes em disputa com a Embraer. Não será surpresa se a UE argumentar que quem concedeu subsídio foi o Canadá, com menor participação agora no programa dos novos jatos regionais da Bombardier.

A Embraer continua preocupada com a concorrência que estima ter sido turbinada por bilhões de dólares de ajuda pública obtida por seu concorrente. Em nota enviada ao Valor, a empresa afirma que "continua apoiando plenamente as ações do governo brasileiro na OMC e acredita que o painel ajudará a restaurar condições equânimes de competição no mercado global de aeronaves civis, que foi severamente prejudicado pelos subsídios federais, provinciais e locais canadenses".

Por outro lado, foi realizada na terça-feira e ontem a audiência do caso Inovar-Auto no Órgão de Apelação da OMC. O Brasil recorreu contra a decisão dos juízes da entidade, que condenaram vários programas de política industrial do Brasil adotados pelo então governo Dilma Rousseff.

A delegação brasileira tinha representantes do Itamaraty, Receita Federal, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Advocacia-Geral da União, além de advogados de setores envolvidos.

Os programas condenados pela OMC foram o Inovar-Auto - o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores; os programas sobre tecnologia da informação (Lei de Informática, Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital e o programa de inclusão digital.

Alguns programas já foram extintos ou reformados. A questão é como o Órgão de Apelação vai reavaliar o espaço para política industrial que o Brasil pode ter ou não. A decisão pode ocorrer no segundo semestre deste ano.

Entrada de dólares supera saída em US\$ 23,574 bi no ano DCI - 21/06/2018

O fluxo cambial do ano até o dia 15 de junho ficou positivo em US\$ 23,574 bilhões, informou ontem o Banco Central. Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 8,378 bilhões.

A saída pelo canal financeiro neste ano até a data foi de US\$ 4,833 bilhões. O resultado é fruto de aportes no valor de US\$ 243,405 bilhões e de envios no total de US\$ 248,238 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado ficou positivo em US\$ 28,407 bilhões, com importações de US\$ 72,640 bilhões e exportações de US\$ 101,047 bilhões. Nas exportações estão incluídos US\$ 17,850 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 26,159 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 57,039 bilhões em outras entradas.

Na semana

Ainda segundo o Banco Central, o fluxo cambial registrado de 11 a 15 de junho ficou positivo em US\$ 46 milhões.

O canal apresentou entrada líquida de US\$ 406 milhões, resultado de aportes no valor de US\$ 10,896 bilhões e de envios no total de US\$ 10,490 bilhões.

No comércio exterior, o saldo na semana passada ficou negativo em US\$ 361 milhões, com importações de US\$ 5,094 bilhões e exportações de US\$ 4,734 bilhões. As exportações somaram US\$ 376 milhões em ACC, US\$ 2,742 bilhões em PA e US\$ 1,615 bilhão em outras entradas.